



MUNICÍPIO DE ALMADA
Assembleia Municipal

ATA N.º 64/XIII-4.º/2021-25

1 - Aos catorze dias do mês de fevereiro de dois mil e vinte e cinco, pelas 21H15, nas instalações do Vitória Clube Quintinhas, sitas na Rua Eugénio Salvador, n.º 46, na Freguesia de Charneca de Caparica, realizou-se a primeira reunião da Sessão Ordinária referente ao mês de fevereiro da Assembleia Municipal, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

1 – Período de Intervenção dos Cidadãos;

2 – Período de Antes da Ordem do Dia (continuação);

3 – Período da Ordem do Dia:

3.1 - Apreciação e votação da proposta de revisão do Regimento da Assembleia Municipal de Almada;

3.2 - Apresentação dos Relatórios das Comissões Permanentes, nos termos do artigo 86.º do Regimento;

3.3 - Apreciação da Informação da Presidente da Câmara Municipal acerca da Atividade Municipal;

3.4 - Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Relatório semestral sobre as atividades desenvolvidas pelo Provedor Municipal dos Animais de Almada – junho de 2024 a novembro de 2024”;

3.5 - Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Redação final do Projeto de Regulamento Municipal de Horários dos Estabelecimentos Comerciais de Almada”;

3.6 - Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Projeto de Regulamento Municipal dos Refeitórios Escolares do Município de Almada”;

3.7 - Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Projeto de Regulamento Municipal de Gestão do Arvoredo e Espaços Verdes em meio urbano do Município de Almada”;

3.8 - Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Delegação de competências do Município de Almada para a Junta de Freguesia da Costa da Caparica. Aprovação da minuta de adenda ao contrato interadministrativo”;

3.9 - Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Assunção de Compromissos Plurianuais - SMAS”;

3.10 - Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Plano Municipal de Juventude de Almada (PMJA) 2025-2028”;

3.11 - Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Adjudicação e aprovação das minutas de contrato do Concurso Público n.º CS02891S2023 para concessão do direito de uso privativo de espaço público, destinado à instalação de 82 PCVE, em locais públicos de acesso público no Concelho, pelo prazo de 10 anos”;

3.12 - Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Início do procedimento por Concurso Público n.º CS00002S2025 para “Concessão de uso privativo do domínio público para instalação, manutenção e exploração publicitária de mobiliário urbano – Por lotes”;

3.13 - Apreciação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Declaração de Compromissos Plurianuais – recebimentos e pagamentos em atraso”;

3.14 - Apreciação e votação da “Proposta de Criação de um Grupo de Trabalho para as Terras da Costa e Projeto Agroparque”, (retirada);

3.15 - Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Celebração de Contrato Programa entre o Município de Almada e a Wemob, E.M., S.A., para Gestão do Parque de Estacionamento Comandante António Feio”.



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

2 – Instalou-se a Mesa constituída pelo Presidente Ivan Gonçalves, pelo 1.º Secretário Ivo Almeida e a pela 2.ª Secretária Ana Paula Silva.

3 – Fez-se a chamada dos/as Senhores/as Deputados Municipais e foi verificado o quórum.

José Joaquim Machado Courinha Leitão (PS); Ana Margarida Machado da Silva Lourenço (PS); Daniel Alexandre Teixeira da Silva (PS); Ivan da Costa Gonçalves (PS); Ana Paula Alves da Silva (PS); Sérgio Cantante Faria de Bastos (PS); Henrique Alexandre Margarido de Almeida (PS); Paulo Filipe Pereira Viegas (PS); Marta Ferreira Cortez dos Santos (PS); Pedro Miguel Dias Rodrigues Pereira (PS); Ivo Filipe Esteves de Almeida (PS); José Alberto Azevedo Lourenço (CDU); Maria Rita Pereira Peixoto de Magalhães (CDU); Ana Luísa Abílio Rodrigues de Carvalho (CDU); Sónia Tchissolle Pires da Silva (CDU); Maria Amélia de Jesus Pardal (CDU); José António Espírito Santo Rocha (BE); Pedro Miguel Celestino Pereira (BS); Nuno Alexandre Oliveira Mendes (CHEGA); Sara Sofia Martins Pinheiro (CHEGA); António Pedro Rodrigues do Livramento Maco (CDS-PP); Pedro Miguel de Amorim Matias (PS); José Ricardo Dias Martins (PS); Luís Filipe Almeida Palma (CDU).

4 – Nos termos e para os efeitos do n.º 3 do artigo 42.º do Regimento da Assembleia, registaram-se os seguintes procedimentos:

4.1 – O Senhor Presidente procedeu ao anúncio das comunicações dos/as Senhores/as Deputados/as) João Luís Serranho Frazão Couvaneiro (PS), Olga Natália Mariano (PS); Bruno Ramos Dias (CDU), Joaquim Estevão Miguel Judas (CDU), João Eduardo Alves de Moura Geraldes (CDU), Vasco Ramiro Rodrigues Gonçalves (CDU), Luís Daniel Valverde Jacinto (CDU); António Francisco Salgueiro (PSD), Beatriz Leal da Silva Brandão Ferreira (PSD), Luís Pedro Amado Pinto Durão (PSD); Inês Pizarat Correia Bom (BE), manifestando a impossibilidade de estarem presentes e solicitando a sua substituição.

4.1.1 – Nos termos legais e regimentais aplicáveis tomaram posse os/as eleitos/as Pedro Manuel Branca Lêdo (PS), Luísa Maria Freire Galvão (PS); António Paulo Júnior (CDU), António José Olaio Silva (CDU) por impedimento de Andreia Sofia Egas (CDU), António Abrantes de Almeida (CDU), José Manuel Raposo Gonçalves (CDU), Eva Sofia Borges de Araújo Gomes (CDU) e António Manuel Cardoso Pombeiro (CDU); Maria Teresa Morato Silva Rodrigues Cardinho (CDU), Ricardo Antunes Rodrigues Martins Carneiro (CDU), Paula Cristina Loureiro Coelho (CDU) por impedimento de Beatriz Pé-Curto Mendes (CDU); Gonçalo Filipe Dias de Correia Fernandes (PSD) por impedimento de Sónia Raquel Mota Faria (PSD) e Paulo Alexandre Ribeiro Sabino (PSD); João Carlos da Silva Antunes (PSD), Ana Catarina Ribas Lopes (PSD) por impedimento de Aurora Maria dos santos Moreira (PSD); Fátima Maria Silva Nogueira Marras (BE).

4.1.2 – A Senhora Presidente da Junta da União de Freguesias de Almada, Cova da Piedade, Pragal e Cacilhas, Maria de Assis Beiramar Lopes de Almeida (PS) solicitou a sua substituição pelo eleito Paulo Ricardo Correia Póvoa Figueiredo; a Senhora Presidente da Junta da União de Freguesias de Caparica Trafaria, Sandra Cristina Pereira Mascarenhas Vieira Chaiça (PS) solicitou a sua substituição pelo eleito Bruno Sandro dos Santos;

4.1.3 – Feitas as substituições ao abrigo das disposições legais e regimentais, registou-se a falta justificada da Senhora Deputada Municipal Margarida Ramires Paulos (PAN).

4.2 – O Senhor Presidente comunicou ainda à Assembleia Municipal, tendo em conta a informação da Câmara Municipal, a ausência do Senhor Vereador José Luís Bucho (CDU), o Senhor Vereador António José Matos (CDU), Senhora Vereadora Helena Manuela Azinheira (CDU), Joana Rodrigues Mortágua (BE).

5 – Foi declarado aberto o Período de Intervenção dos Cidadãos.

5.1 – Usou da palavra o Senhor Presidente da Assembleia Municipal para informação aos Senhores/as Múncipes;

“Senhora Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais

Senhores/as Múncipes;



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

As intervenções serão gravadas e transmitidas no canal de Youtube da Câmara Municipal de Almada, pelo que é importante que os Senhores Múncipes e toda a Assembleia o saibam, gravação essa que se estende a todas as respostas que se seguirão.

5.2 – Usaram da palavra os/as Senhores/as Múncipes Manuel Sardinha, José Carlos Nunes, Ana Artilheiro, Fernando Silva e João Silva.

5.2.1 – O Senhor Múncipe Manuel Sardinha:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Em Junho de 2020, em plena pandemia, adquirei um pequeno apartamento na Costa de Caparica, um 2.º andar, na rua Joaquim da Matosa, mas virado para a Avenida General Humberto Delgado, frente mar. A minha idade e o tempo de serviço levaram-me a projetar então aquele local como o ideal para viver os anos que se seguiriam à minha aposentação, entretanto, obtida em Agosto de 2023, ali aplicando as minhas poupanças.

Por baixo, no rés do chão, existiam dois minimercados que pareciam ser uma mais valia para quem ali habitasse.

De imediato percebi que os mesmos não cumpriam as regras, os horários impostos na pandemia. Como os clientes não se deslocavam em grupos e não se podia permanecer na via pública sem motivo válido, o ambiente era, no entanto, tranquilo.

Com o finalizar das restrições impostas pela pandemia, os referidos minimercados rapidamente "cresceram" arrendando ou comprando os espaços contíguos e acentuou-se de forma incomensurável o desrespeito no cumprimento dos seus horários de funcionamento.

Pelo menos num deles esteve afixado um horário de funcionamento que então era das 09H00 às 21H00, mas na verdade o encerramento era recorrente estender-se até às 03H00, 03H30, 04H00 da noite, desde que os clientes fossem aparecendo, desde logo ao fim de semana, períodos festivos, férias, verão, etc. Os ditos minimercados comportavam-se, pois, como verdadeiros bares de porta aberta para a rua. Os espaços públicos adjacentes eram as suas esplanadas, os pontos de menos luz (pseudo maior recato) os seus WC, recorrentemente é qual drive-in, a qualquer hora, paravam carros, motores ligados, enquanto os ocupantes iam comprar fundamentalmente bebidas alcoólicas, etc., etc., etc. Entretanto, foi criado um parque de trotinetes na zona o que também veio "ajudar à festa"!

A presença de jovens, muitos dos quais aparentemente, menores, a comprarem e a consumirem bebidas alcoólicas na rua era recorrente.

Em Junho de 2023, um homem foi ali baleado, em plena rua, vindo a morrer no hospital.

Passámos assim a ter: Ruído pela noite fora, com música, o falar alto, alguns desacatos; lixo e cheiro fétido na zona; as marcas dos regatos da urina na calçada, na zona dos tais "WC"; aparentes negócios de tráfico de drogas.

Algumas chamadas de atenção para os que ali se concentravam e desde logo aos que urinavam na via pública, não raramente tiveram por resposta ameaças verbais o que levou à desistência em continuar a chamar a atenção.

O que se fez então? Muitos e muitos telefonemas para GNR local; cartas e muitos, muitos emails para a Junta de Freguesia, Câmara Municipal de Almada, também alguns para esta Assembleia Municipal e partidos políticos aqui representados através dos seus Grupos Municipais e ainda entidades superiores da GNR no Concelho de Almada e Distrito de Setúbal.

A pouco e pouco algumas alterações/ melhorias se vieram a revelar, mas hoje continua o desrespeito pelo direito ao descanso de quem ali habita – tudo depende da procura! O local se tornou deveras conhecido, as bebidas alcoólicas são ali mais baratas, a acessibilidade é fácil.

Fui recentemente informado pela GNR local, 1.º numa reunião com o Senhor Subcomandante do posto e posteriormente numa outra com o próprio Senhor Comandante, que os referidos minimercados têm horários



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

de funcionamento autorizados das 09H00 às 01H00, que não cumprem, estando sempre dependentes da procura.

Por parte da Câmara Municipal de Almada recebi, entretanto, três emails, Outubro de 2023 e Setembro de 2024 e mais recentemente de Janeiro passado, de 2025, que referem que os minimercados têm que encerrar até às 23H59.

Aqui chegado o que devo mais fazer?

Ou será que a Câmara Municipal de Almada deverá reunir com as estruturas da GNR local, para acertarem o que é ou não realmente permitido por lei e que a mesma seja efetivamente cumprida e até revista? melhorada? por forma a que quem ali habita possa ter as suas noites descansadas?

O remédio do "quem está mal muda-se". Isto para quem ali habita não me parece justo, embora comece a considerar ser o melhor para a minha própria saúde mental."

5.2.2 – O Senhor Município José Carlos Nunes:

"Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Sou morador nos Capuchos, estou aqui nessa qualidade e quero aproveitar esta oportunidade, mais uma, e quando digo mais uma, é porque vou realçar situações já muito antigas, que já vêm desde o tempo da anterior vereação, e não obstante muitas intervenções nossas, dos moradores, os problemas subsistem, ou seja, continuam mais agravados. Nos Capuchos os moradores têm cada vez mais dificuldade de chegar às suas casas. Estou-me a referir à Rua Lourenço Pires Távora, à Rua dos Capuchos e à Rua da Estrelinha.

A Rua Lourenço Pires Távora está praticamente intransitável. A Rua dos Capuchos, no sentido descendente, próximo da Estrada Nacional 10.1, está intransitável. A Rua da Estrelinha, andaram recentemente lá a pôr alcatrão nuns buracos, entretanto choveu, o alcatrão desapareceu e os buracos persistem.

Portanto, a minha intervenção aqui, é para uma vez mais perguntar, se efetivamente existe perspetiva de repavimentação das ruas dos Capuchos?

Para além disso, também uma melhor assiduidade à limpeza das ruas e das bermas, na medida em que, aquilo tem muitos pinheiros mansos, as carumas abundam, as carumas agora no tempo da chuva começam a entupir as entradas de água, e podem constituir um problema.

Portanto, uma vez mais, eu pedia a vossa atenção para nos prestarem informações e se possível concretas, qual é a intenção da Câmara Municipal em relação a esta situação cada vez mais agravada."

5.2.3 – A Senhora Município Manuel Ana Artilheiro:

"Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Sou Ana Artilheiro, moro nos Capuchos e também sou membro da Associação de Moradores.

Eu venho aqui hoje falar dos Capuchos. Nos Capuchos as coisas vão de mal a pior. O meu colega já falou um pouco sobre um determinado aspeto e eu quero realçar aqui outros aspetos.

As coisas vão realmente mal, as coisas estão mal, as coisas estão a degradar-se imenso.

Nestes oito anos de mandato, desculpem que vos diga Senhora Presidente, mas nada tem acontecido. E são oito anos, dois mandatos.

A questão que eu quero realçar aqui hoje é o espaço da antiga escola primária. Esse espaço foi sinalizado como sendo um bom local para fazer um jardim, um ponto de encontro dos moradores, um jardim com algumas atividades para os seniores e também para as crianças, de modo a melhorar o convívio, a melhorar a saúde mental, a atividade física, e a brincadeira dos miúdos.

Mas, é como as outras questões mencionadas anteriormente, nada acontece. Aquele espaço é vital, mas nada acontece. O que acontece é de facto, uma imensidão de ervas, quase da minha altura, que os serviços da



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

Senhora Vereadora com o pelouro da higiene urbana, não resolvem, apesar das muitas insistências que nós fazemos, nós moradores no seu conjunto e também algumas veiculadas pela Associação de Moradores. Aquele espaço não é limpo não sei há quantos meses. Não posso precisar, mas há muitos meses.

Sobre esta questão da falta de respostas, eu queria também mencionar um outro aspeto, que é a comunicação entre o executivo e neste caso os Capuchos. Não há comunicação, a comunicação não existe. Não respondem aos nossos emails, não marcam reuniões, não respondem aos nossos telefonemas, nada acontece, zero.

E por último, o acontecimento mais recente, que foi o abaixo-assinado que nós entregamos em 15 de julho, com duzentas e trinta e seis assinaturas, uma delas sou eu, que foi entregue à Senhora Presidente da Câmara Municipal, na reunião pública de Câmara do dia 15 de julho. Também foi posteriormente enviado ao Senhor Presidente da Assembleia Municipal, aos membros dos partidos e também à Senhora Presidente da Junta de Freguesia de Caparica Trafaria, e à Assembleia de Freguesia.

Nessa altura a Senhora Presidente disse que tinha muito gosto em nos mostrar o projeto que estava feito, faltando só o estudo fitossanitário. Esta notícia da Senhora Presidente da Câmara Municipal foi no dia 15 de julho, há sete meses. Não aconteceu nada, está tudo igual. É como se tivesse sido ontem, nada, zero.

Portanto, para terminar, a minha perceção dos Capuchos neste momento, os Capuchos são um território em estado de degradação e é também um território em que começam a ruir os alicerces de comunidade. O sentido de pertença está a esboroar-se. E isso é o que é, mas é muito mau. E eu quero deixar aqui o meu não ao vosso desempenho.”

5.2.4 – O Senhor Município Fernandes Silva:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Sou morador na Rua Quinta da Bela Vista, nos Capuchos, mais propriamente, frente ao Pingo Doce.

Nesta pequena rua existe um contentor para o lixo doméstico, que por vezes a recolha não é feita atempadamente, dando origem a que não seja possível colocar a tampa sendo os respetivos sacos atacados por cães assilvestrados que continuam a circular por esta zona e desde há já alguns anos.

Junto a este contentor, existe um pequeno espaço onde são normalmente colocados monos e aparas de jardim, por vezes atingem quantidades superiores a um metro cúbico, dando origem a que a Junta de Freguesia já não proceda à sua recolha.

Por incrível que pareça, hoje de manhã foi feita essa recolha que já algumas semanas não era feita.

A cerca de duzentos metros e já na rua Veloso Salgado, e num terreno descampado, são normalmente colocados monos e aparas de quantidades neste momento, que ultrapassam mais de seis a sete metros cúbicos de aparas de jardim e outros elementos. Pois já há alguns meses que não é feita a recolha.

Os moradores estão preocupados, pois o vento que ultimamente se tem feito sentir, projeta para a estrada quer placas de esferovite, quer outros detritos mais leves, o que tem dado origem a alguns acidentes com os ciclistas e motociclistas, por vezes se desviam dos mesmos e são abalroados normalmente pelos veículos que por ali circulam também.

Os moradores desta zona solicitam é que de facto, a Câmara Municipal e a Junta de Freguesia tenham mais atenção a este assunto que, de facto, nos preocupa.”

5.2.5 – O Senhor Município João Silva:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

O que me traz aqui é um assunto mais abrangente, sou um cidadão que minimamente me preocupo com aquilo que se passa no mundo à minha volta.

Em 1933, o Politburo Soviético, disse o seguinte: “O desastre atual conduzirá à colonização da Ucrânia por parte dos Russos, transformará o carácter da Ucrânia. No futuro próximo não restarão motivos para falar da Ucrânia



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

ou do povo ucraniano, pura e simplesmente, porque assim que a Ucrânia seja indistinguível da Rússia, já não existirá o problema da Ucrânia”.

O problema da Ucrânia continua nesta data, e também o dos palestinianos, do povo palestiniano que também apanha por tabela, por decisões tomadas por entidades, para as quais o povo e os povos não são consultados, para ouvir a sua voz.

Não se consegue, como nós também não conseguimos em Africa, meus caros amigos, bem lá andamos, os moçambicanos estão lá, falam português, mas têm a cultura deles.

Não se ficou por aqui a aventura, agora fala-se que vai haver um novo acordo. Um dos signatários do mesmo acordo é a Rússia, é Moscovo, mas o outro rapaz já não é o Senhor Hitler. Porque em 1939, foi entre o Molotov e Ribbentrop, mas depois foi assinado em 23 de agosto de 1939 no Kremlin, e isso determinou o seguinte: a criação irreal do Tratado de Versalhes Molotov com sua feia cria, oficialmente o acordo assinado em Moscovo em 23 de agosto de 1939, não passava de um pacto de não agressão. Na verdade, Ribbentrop e Molotov, tinham igualmente chegado a um acordo quanto a um protocolo secreto, determinando as áreas da influência da Alemanha nazi e da União Soviética, no interior da Europa de Leste.

O que abrangia ainda os Estados independentes Finlândia, Estónia, Letónia, Lituana, Polónia e Roménia.

O que é que abrangerá este acordo que falam a imprensa entre o Senhor Trump e o Senhor Vladimir Putin, que representa o Politburo Russo.

Meus caros concidadãos, eu estou francamente preocupado porque eu não quero falar russo, nem quero ficar debaixo das botas americanas. Eu quero ser livre, é uma coisa que os povos têm direito e ninguém tem o direito em nome do poder das botas cardadas, que uns e outros têm e passaram a vida a ameaçar-nos aqui na Europa e Portugal vai novamente também apanhar meus caros amigos, por decisões que não somos chamados a discutir, mas somos chamados a cumprir as consequências desastrosas até com a própria vida. Slave Ucrânia.”

5.3 - Em resposta aos Senhores Municípes, prestando esclarecimentos e informações, usaram da palavra os/as Senhores/as Deputados/as Municipais Nuno Alexandre Mendes (CHEGA), Maria Rita Magalhães (CDU), o Senhor Vereador José Pedro Ribeiro (PS), a Senhora Vereadora Francisca Baptista Parreira (PS), o Senhor Vereador Filipe Alexandre Pacheco (PS) e ainda a Senhora Presidente da Câmara Municipal.

5.3.1 – O Senhor Deputado Municipal Nuno Alexandre Mendes (CHEGA):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Mais uma vez, a palavra que ouvimos é: “são oito anos de esquecimento”. Oito anos em que grande parte do Concelho foi esquecido e jogado ao abandono.

Agora, ouvimos uma nova versão: “Este ano em que íamos fazer tudo, todas as promessas que não cumprimos, agora é que nós realmente íamos fazer tudo, mas infelizmente agora não temos orçamento”. É a desculpa perfeita.

Mas continuamos a ter municípes que vêm aqui dizer que há sete anos de orçamento PS/PSD, em que as coisas não foram feitas. E isto efetivamente só pode ser uma vergonha.”

5.3.2 – A Senhora Deputada Municipal Maria Rita Magalhães (CDU):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Em primeiro lugar quero apresentar uma desculpa a esta Assembleia Municipal, porque ontem, ao referir a intervenção da Senhora Isabel Maria Peixoto, cometi um erro. Quando disse que as multas e coimas na WEMOB eram cerca de 3.000.000.00€ (três milhões de euros) quando não são, é 1.500.000.00€ (um milhão e quinhentos mil euros), portanto, apresento as minhas desculpas.

Sobre a intervenção que vieram fazer os membros da Comissão de Moradores dos Capuchos, afirmar a nossa solidariedade. Esta Comissão de Moradores já veio aqui reiteradamente colocar estas questões, infelizmente,



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

nenhuma destas situações foi resolvida e gostávamos muito de enaltecer aqui uma proposta que é o espaço para convívio dos vizinhos, que se está a perder. Felizmente, na minha rua em Cacilhas, é uma coisa que está em grande, fruto da intervenção de jovens casais. Mas de facto, esta é uma situação que nós temos que repor em Almada, porque o convívio é importante, fazermos amigos, porque são aquelas pessoas com quem nós convivemos ao longo de uma vida e, portanto, é importante que sejamos solidários uns com os outros.”

5.3.3 – A Senhora Presidente da Câmara Municipal:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Agradeço todas as intervenções. Se me permitir Senhor Presidente, começaria por passar a palavra ao Senhor Vereador José Pedro Ribeiro, encarregue das obras e que penso que contrariamente ao que foi dito, reuniu recentemente, mas eu própria terei todo o gosto em falar da situação dos Capuchos e depois também já agora, responder às duas intervenções do CHEGA e da CDU, que se seguiram.”

5.3.4 – O Senhor Vereador José Pedro Ribeiro (PS):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Estranho não me reconhecer, estive lá várias vezes a visitar, a última das vezes em finais de setembro, onde tivemos a oportunidade de falar daquilo que estava já em termos de projeto a ser revisto.

Iremos lançar a obra muito em breve, não posso dizer se é na próxima reunião de Câmara, se é na seguinte, o projeto está praticamente concluído, estamos na parte da revisão, e tal como já tinha referido, ao longo deste ano iremos lançar a obra.

Tudo programado tal como lhe tinha dito, quando tivéssemos o projeto finalizado também iríamos mostrar, como ainda não foi feita a revisão, não podemos mostrar, mas mais uma vez, foi um gosto revê-la como também das outras vezes que estivemos convosco.”

5.3.5 – A Senhora Vereadora Francisca Baptista Parreira (PS):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Dar nota ao Senhor Município Manuel Sardinha, que aqui deixa uma participação que agradeço, relativamente às questões dos estabelecimentos comerciais, que muito recentemente Almada aprovou um novo regulamento para funcionamento e horários dos estabelecimentos comerciais, é muito recente. Foi aprovado no final do ano de 2024. Ora, a falha deste mesmo regulamento, determinava também, algumas dificuldades de intervenção, quer das forças de segurança, quer da própria Câmara Municipal, relativamente à regulação desses mesmos horários.

Dar nota que, à exceção de situações ocasionais e excepcionais, em que está emitida licença para trabalhar fora de horas, e isso tem que estar devidamente documentado e é licenciado nas Atividades Económicas da Câmara Municipal, os estabelecimentos em área residencial, não podem laborar para além das 23H00.

Ora, neste sentido, e é isso que estabelece basicamente em termos genéricos, e enquanto norma reguladora, o próprio regulamento.

Assim, quero lhe dar nota também, que iniciamos no final do ano passado, e manteremos durante este ano, ações multidisciplinares conjuntas, entre a fiscalização e as forças de segurança, para verificar quer os alvarás ou as licenças emitidas e os horários que estão a ser praticados por cada estabelecimento e para naturalmente, possa haver em caso de reincidência ou não cumprimento do horário previsto, possa haver a necessária consequência e a aplicação das devidas coimas.

De qualquer maneira, à noite, como sabe, a verificação é feita pela entidade policial e não pela Câmara Municipal. De qualquer maneira, acho que é de facto, uma participação que aqui nos deixa, que é razoável, tem toda a razão e estamos a trabalhar no sentido de melhorar aquilo que encontramos que é, clara desregulação do funcionamento de alguns estabelecimentos, nomeadamente, na Costa da Caparica.



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

Grata pela sua participação.”

5.3.6 – A Senhora Presidente da Câmara Municipal:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

E agora, muito brevemente, voltar à questão do projeto dos Capuchos, há muito tempo que falamos dele, o projeto está a avançar. Para além do projeto, foi feito um estudo fitossanitário, sabe que inclusivamente agora, também temos um Regulamento do Arvoredo que também foi aprovado nesta Assembleia e penso que por unanimidade, se não me engano. Portanto, não! não se pode deitar abaixo árvores sem se fazer devida verificação.

Quando diz que nada aconteceu, aconteceu, eu bem sei que todos nós gostaríamos de ver já a obra em curso. É uma área muito sensível a dos Capuchos, é verdade, e o que nós pretendemos é de facto, uma requalificação que faça conciliar o bem viver e a qualidade de vida e melhorar a qualidade de vida dos Capuchos, respeitando sobretudo os moradores, mas também toda a envolvente.

Quero dizer que, para além do projeto de reabilitação de toda a frente da via dos Capuchos, da rua de trás, e depois até do acesso ao Miradouro, estamos também já a finalizar o projeto de requalificação do próprio viveiro dos Capuchos e que vai ficar aberto ao público e vai ser uma extensão do próprio Jardim dos Capuchos.

Deixe-me dizer que, em relação à escola, ainda não há propriamente um consenso sobre o destino a dar aquele espaço. Como sabem, mesmo à frente têm um parque maravilhoso dos Capuchos, que aliás, nós queremos estender e criar inclusivamente, com requalificação via Miradouro, criar de facto, um espaço verde e de convívio que também reconhecemos, que faz falta naquele espaço. Não temos dúvidas nenhuma.

Portanto, são todos estes projetos que demoram tempo, gostaríamos que fosse mais rápido, é verdade, mas permita-me só dizer-lhe que terei todo o gosto em mostrar-lhe que não, não é: “nada foi feito, nada chegou ao terreno”, esperemos sinceramente, que possa chegar o quanto antes ao terreno.

Relativamente à intervenção da Senhora Deputada Municipal Maria Rita Magalhães, eu peço desculpa, mas acho que vai ter de pedir desculpa outra vez, porque continua a enganar-se nos montantes. Eu tenho aqui o orçamento da WEMOB, e a WEMOB em 2024, o montante era de 993.000.00€ (novecentos e noventa e três mil euros), e aliás, o número de coimas passadas diminuiu, é bom contextualizar que, alinhou num discurso do caça à multa que sinceramente, acho que a CDU até pelo passado de governação que tem, merece ter outro discurso, porque até foi quem criou a empresa. Portanto, no ano passado foram 993.000.00€ (novecentos e noventa e três mil euros), não porque houvesse mais multas, mas também porque houve menos prescrições e menos abandono e desleixo na cobrança dessas multas. E o que está previsto no orçamento é, 1.000.000.00€ (um milhão de euros) que é uma previsão em função de certos aumentos. Portanto, não é 1.500.000€00 (um milhão e quinhentos euros), não são 3.000.000€00 (três milhões euros), por isso acho que vai ter que pedir outra vez desculpa, sabendo perfeitamente que um orçamento são previsões.

Relativamente ao Senhor Vereador Nuno Mendes, Vereador não, Deputado Municipal, depois do que nós assistimos ontem por parte do seu partido na Assembleia da República, eu hoje limitava a palavra “vergonha” a si próprio.”

5.3.7 – A Senhora Deputada Municipal Maria Rita Magalhães (CDU):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Primeiro, Senhora Presidente, não foi a CDU que colocou a questão da caça à multa, nunca nos ouviu a dizer isso, essa é a primeira questão.

A segunda questão, eu volto a referir, multas e coimas, cerca de 1.500.000.00€ (um milhão e quinhentos mil euros).”

5.3.8 – A Senhora Presidente da Câmara Municipal:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

Senhora Deputada Municipal, eu vou fazer aquilo que a Senhora Deputada costuma fazer, então prove, em que rubrica, onde está. Porque eu tenho aqui comigo o orçamento, terei todo o gosto em que me digam onde é está.”

5.3.9 – O Senhor Vereador Filipe Alexandre Pacheco (PS):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

De forma telegráfica, de facto, e todos somos poucos, acho eu, para contrariar uma ideia de que a cobrança de coimas e de taxas e de multas, tem aumentado nos últimos anos. Não tem aumentado. Aliás, tem se mantido relativamente constante, mesmo num contexto em que a abrangência da fiscalização aumentou. Porque como nós sabemos, com o anterior regulamento a WEMOB fiscalizada apenas algumas zonas do Concelho de Almada e com o novo Regulamento passou a fiscalizar todo o Concelho.

Mas, se nós olharmos só para as coimas não são nem três milhões, nem dois milhões, nem um milhão, e eu estou a falar relativamente aos relatórios e contas de 2024, 2023, 2022. Se somarmos as coimas com as taxas, aí sim, é um bocadinho superior ao milhão de euros. Ainda assim, aquilo que nós temos visto é que globalmente, os valores, comparando 2024 com 2023 e com 2022, têm se mantido relativamente constantes mesmo apesar daquilo que eu dizia.

Portanto, eu também reconheço o esforço que foi feito e é importante, reconhecer sempre porque às vezes erramos nos dados e corrigimos e isso é importante para a discussão séria, e reconhecer essa discussão séria que temos que fazer, agora como a Senhora Presidente dizia e muito bem, que eu acho que é o dado principal que é, este valor tem-se mantido constante e o indicador é essencial para garantir um indicador até de eficácia. Aquilo que nós sabemos hoje em dia, é que passamos a não deixar prescrever multas. Ou seja, às vezes mesmo que o valor evolua um bocadinho, o número global de coimas tem-se mantido relativamente constante ao longo do tempo. O que é que acontece? Nós hoje em dia não deixamos prescrever multas, elas são cobradas e aquelas que são cobradas não são contestadas. Ou seja, há um nível cada vez maior de eficácia na multa ou na coima ou na taxa que é aplicada, e na sua efetivação. Isso indica que as multas que são passadas, que elas são efetivamente corretas, são multas de infrações e não são contestadas ou não se deixa prescrever. Portanto, daí esse valor ter aumentado residualmente quando falamos coimas e taxas, mas evidentemente como a Senhora Presidente disse e muito bem, o valor das coimas nunca chegou não chega sequer ao milhão de euros.

Todos somos poucos para passar a ideia, que essa sim é importante, de que esses valores não têm globalmente aumentado, têm-se mantido relativamente constantes, mesmo num contexto em que a WEMOB passou a fiscalizar todo o Concelho. Isso é muito relevante para legitimar o trabalho que a WEMOB e os seus trabalhadores fazem diariamente, muito difícil, muitas vezes pouco percebido por alguns setores e que nós todos somos poucos para valorizar esse esforço.”

5.3.10 – O Senhor Deputado Municipal Nuno Alexandre Mendes (CHEGA):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Senhora Presidente, eu sei que às vezes as frases magoam e a verdade dói. De facto, sete anos sem apresentar nada a esta Cidade, custa ouvir, mas de facto, não há nada a dizer. Mas quem sabe, tem toda a razão, concordamos, com um Vereador do CHEGA no futuro na Câmara Municipal, finalmente alguns projetos possam finalmente sair da gaveta e serem concluídos.”

6 - Foi declarado aberto o Período de Antes da Ordem do Dia (continuação).

6.1 – Na continuação do debate sobre os documentos apresentados usaram da palavra os Senhores Deputados Municipais António Pedro Maco (CDS-PP), Pedro Dias Pereira (PS) e ainda a Senhora Presidente da Câmara Municipal.

6.1.1 – O Senhor Deputado Municipal António Pedro Maco (CDS-PP):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

O CDS-PP vai votar favoravelmente todos os documentos aqui apresentados nesta Assembleia Municipal, com a exceção da moção do Bloco de Esquerda que tem a ver com os solos.

Eu quero desde já, dar as boas vindas às moções do PS. Já há muito tempo que o PS não apresentava aqui moções, tem apresentado umas saudações, umas coisas avulsas, mas efetivamente há cerca de oito anos que não tínhamos aqui verdadeiras moções ao lado dos almadenses, a pugnar por aqueles que são os interesses dos almadenses. E, portanto, quero aqui congratular o Partido Socialista.

E aproveitando este mesmo intuito, a moção apresentada ontem aqui pelo nosso estimado Deputado Municipal Pedro Dias Pereira, ao qual todos reconhecemos a sua eloquência, é um interessado por estas matérias, mas faz parte do Partido Socialista. Portanto, eu não sei como é que o Senhor Deputado Municipal conseguiu ler a moção que até tem razão, mas sem sorrir. Porque, eu devo lembrar que o Partido Socialista esteve oito anos no Governo e não vou pôr aqui a cabeça na areia e dizer que está tudo bem agora, não está. Evidentemente, que há muito por fazer, há muito por corrigir, e também posso aqui dizer que aquilo que eu entendo que não vai de encontro aos almadenses, estando o PSD e o CDS-PP no Governo, serei o primeiro aqui a vir denunciar, e arranjar propostas como fizemos durante os oito anos do Partido Socialista.

Dar as boas vindas não só ao PS, mas também à Senhora Presidente da Câmara Municipal, que agora apareceu, aparece em vídeos, aparece nas ruas, aparece a falar da saúde, aparece a dar entrevistas na Fertagus, aparece a mandar cartas para o IHRU, aparece na Transtejo, mas eu pergunto Senhora Presidente, durante os oito anos onde é que andou? Onde é que andou Senhora Presidente? E a Senhora Presidente com certeza lembra-se, que eu aqui nesta mesma Assembleia Municipal, dizia que a Senhora Presidente tinha que fazer voz grossa ao Poder Nacional. Tinha que fazer voz grossa ao Governo, é isso exatamente Senhora Presidente, é pena que só o esteja a fazer agora. Porque é que será? Andou desaparecida.

O CDS-PP vai votar favoravelmente as moções aqui apresentadas como já referi, com exceção da moção do Bloco de Esquerda.

Pegando também aqui na questão da moção que tem a ver com o Holocausto a qual o CDS-PP irá votar favoravelmente também, aliás, nunca nos dias de hoje o povo judeu, Israel, tiveram tantas atrocidades como no tempo do Holocausto. Portanto, esta moção do Bloco de Esquerda é muito bem-vinda.

Mas de qualquer forma, eu não sei quem é que escreveu a moção, alerta, na minha opinião, para algumas incongruências e imprecisões históricas que a mesma contém.”

6.1.2 – O Senhor Deputado Municipal Pedro Dias Pereira (PS):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Eu devo também dizer que gosto muito de ouvir o Senhor Deputado Municipal António Pedro Maco, mas eu devo recordar ao Deputado António Pedro Maco, que se há comboio na Ponte deve-se ao PS. Que eu saiba, quem inaugurou o comboio foi o António Guterres. Mas quem o fez lá estar foi o PS.

O importante é nós falarmos todos pelas pessoas. Como eu disse ontem, esta moção que foi apresentada pelo PS, e as outras moções, nós podemos discordar de algumas coisas, mas se calhar concordamos com outras. E, portanto, o que eu queria dizer era o seguinte: nós estamos aqui para trabalhar para os almadenses, mas para trabalhar para os almadenses de forma séria. E a questão do comboio da Ponte é uma questão importante. E aquela moção foi importante e estamos cá para o que der e vier.”

6.1.3 – A Senhora Presidente da Câmara Municipal:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Eu normalmente, nesta parte das moções não costumo intervir a não ser para partilhar alguma informação como o fiz ontem, que considero que possa ser relevante para os Senhores Deputados, na tomada de decisão e na votação das moções. Eu confesso que até me tinha ausentado um pouco, mas de facto, o Senhor Deputado Municipal António Pedro Maco, sente imenso a minha falta, fartou-se de chamar por mim, a perguntar onde é que eu estava. Senhor Deputado, normalmente estou no meu posto de trabalho, normalmente estou a visitar o



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

Concelho, normalmente estou a visitar instituições, estou a inaugurar obras feitas, estou a reunir com IPSS's Coletividades, Associações, estou a receber as pessoas que me pedem, estou em imensas iniciativas. É verdade, que para todas as iniciativas que nós normalmente convidamos todos os Senhores Deputados, Eleitos e Autarcas, raramente o vejo. Portanto, a minha pergunta: Senhor Deputado, onde tem andado, que não seja aqui aos gritos por mim? Esteja descansado que eu nunca estou longe."

6.1.4 – O Senhor Deputado Municipal António Pedro Maco (CDS-PP):

"Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Senhora Presidente, eu sei que hoje é o Dia dos Namorados, eu sei que é o primeiro ano em sete anos que a Senhora Presidente passa o Dia dos Namorados sem levar uma rosa. Portanto, Senhora Presidente, aquilo que eu pergunto é se realmente anda no terreno, faz tantas reuniões, anda por todo o Concelho, porque é que não se vê obra Senhora Presidente? Se calhar estava à espera deste mandato para fazer a obra. Mas sete anos é muito tempo. Já dizia a canção de Paulo de Carvalho "são mais três anos", mas podemos aplica-la aqui ao Concelho de Almada.

Senhora Presidente, eu vou lhe dizer sinceramente, se calhar porque não tenho confiança em si, não tenho confiança no seu trabalho, se calhar porque não lhe reconheço a capacidade para desenvolver este Concelho. Portanto, lamento, vamos ver se para o ano estamos cá."

6.1.5 – A Senhora Presidente da Câmara Municipal:

"Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Eu lamento, não quero embaraçar aqui o Senhor Deputado, mas não me lembro nunca de lhe ter oferecido uma rosa, e muito menos no Dia dos Namorados, não me lembro. Mas o Senhor Deputado tem de facto, visões, alucinações, não sei.

Agora, eu acho que já todos entendemos que, o Senhor Deputado não vai às coisas porque não quer ver, não vai às inaugurações porque não quer ver, para poder vir dizer aqui que não houve obra. Esteja descansado que a seu tempo teremos todo o gosto em relembrar toda a obra que foi feita.

Mas terminou bem a sua intervenção, vamos ver se para o ano o Senhor Deputado Municipal ainda aqui está, porque não vai pelo bom caminho."

6.1.6 – O Senhor Deputado Municipal Pedro Dias Pereira (PS):

"Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Não queria intervir, mas depois da intervenção do Senhor Deputado Municipal António Pedro Maco, sou obrigado a intervir até porque estamos na Charneca de Caparica e quando o Senhor Deputado António Pedro Maco diz que não se fez obra em sete anos, isso é mentira. Portanto, não podemos aceitar mentiras, até porque, para além de ser mentira, é uma falta de lealdade. Nós estamos aqui no Vitória Clube das Quintinhas, esta estrada que está aqui em frente, foi toda requalificada. Foi requalificada por cima e foi requalificada no seu subsolo. Foi requalificada por esta Câmara Municipal. Temos ali esta rotunda que todos se recordam como era, não era uma rotunda era um entroncamento de cinco vias, tinha uns pinos, em que havia acidentes todos os dias, está ali aquela rotunda e foi feita por esta Câmara Municipal. Foi feita também com a ajuda do Presidente da Junta de Freguesia Pedro Matias.

Ao fundo desta estrada, está um terreno que é da Câmara Municipal, que durante cinquenta anos não foi requalificado e está a acabar a requalificação, será um novo parque urbano.

Ao fundo temos a Avenida do Mar completamente requalificada. E, portanto, quando se diz de uma forma ligeira que esta Câmara Municipal não fez obra, isso não é verdade."

6.1.7 – O Senhor Deputado Municipal António Pedro Maco (CDS-PP):

"Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

Senhor Deputado Municipal Pedro Dias Pereira, é que o Concelho não é só a Charneca de Caparica. Eu sei que agora vivo na Charneca de Caparica, mas não é só a Charneca de Caparica. Eu não sou do Partido Socialista, portanto normalmente não minto, não digo mentiras.

Senhora Presidente, quer falar em mentiras eu trago-lhe aqui o programa eleitoral que a Senhora Presidente fez em dois mandatos e podemos falar em mentiras.”

6.2 – Não havendo mais pedidos de palavra e após verificação do quórum, procedeu-se à votação dos documentos apresentados, tendo-se registado as seguintes votações:

6.2.1 – A Saudação à “Associação de Surf da Costa da Caparica”, foi aprovada por unanimidade (encontrava-se fora da sala a eleita Ana Catarina Lopes PSD).

6.2.2 – A Moção “Pela urgente resolução dos constrangimentos no transporte ferroviário na Ponte 25 de Abril”, foi aprovada por maioria com 26 votos a favor sendo 16 dos eleitos do Grupo Municipal do PS, incluindo os/as Senhores/as Presidentes de Junta de União de Freguesias que o integram, 2 dos eleitos do Grupo Municipal do PSD, 3 dos eleitos do Grupo Municipal do BE, 2 dos eleitos do Grupo Municipal do CHEGA, 1 do eleito do CDS-PP, 1 do eleito IND - Presidente da Junta de Freguesia da Costa da Caparica e 11 abstenções dos eleitos do Grupo Municipal da CDU incluindo o Presidente da Junta da União de Freguesias que o integra (encontrava-se fora da sala a eleita Ana Catarina Lopes (PSD).

6.2.3 – A Moção/Deliberação “Fornecimento excecional e provisório de energia elétrica ao bairro precário de Penajóia”, foi rejeitada por maioria com 18 votos contra sendo 16 dos eleitos do Grupo Municipal do PS, incluindo os/as Senhores/as Presidentes de Junta de União de Freguesias que o integram, 2 dos eleitos do Grupo Municipal CHEGA; 16 votos a favor sendo 11 dos eleitos do Grupo Municipal da CDU incluindo o Presidente da Junta da União de Freguesias que o integra, 3 dos eleitos do Grupo Municipal do BE, 1 do eleito do CDS-PP e 1 do eleito IND - Presidente da Junta de Freguesia da Costa da Caparica; 2 abstenções dos eleitos do Grupo Municipal do PSD, encontrando-se fora da sala a eleita Ana Catarina Lopes (PSD).

6.2.3.1 O Senhor Deputado Municipal João Carlos Antunes (PSD) anunciou que apresentaria uma Declaração de Voto por escrito.

6.2.4 – A Moção “Pela resposta urgente aos graves problemas no atual serviço do Comboio da Ponte”, foi votada por partes tendo-se verificado os seguintes resultados:

6.2.4.1 – os considerandos e os pontos 1, 2 e 3 foram aprovados por unanimidade.

6.2.4.2 – Os pontos 4A e 4B foram rejeitados com 17 votos contra sendo 16 dos eleitos do Grupo Municipal do PS, incluindo os/as Senhores/as Presidentes de Junta de União de Freguesias que o integram e 1 do eleito IND - Presidente da Junta de Freguesia da Costa da Caparica; 17 votos a favor sendo 11 dos eleitos do Grupo Municipal da CDU incluindo o Presidente da Junta da União de Freguesias que o integra, 3 dos eleitos do Grupo Municipal do PSD, 3 dos eleitos do Grupo Municipal do BE; 3 abstenções sendo 2 dos eleitos do Grupo Municipal do CHEGA e 1 do eleito do CDS-PP, verificando-se um empate o Senhor Presidente da Assembleia Municipal usou o voto de qualidade.

6.2.4.3 – O ponto 4C foi rejeitado com 21 votos contra sendo 16 dos eleitos do Grupo Municipal do PS, incluindo os/as Senhores/as Presidentes de Junta de União de Freguesias que o integram, 3 dos eleitos do Grupo Municipal do PSD, 1 do eleito do CDS-PP e 1 do eleito IND - Presidente da Junta de Freguesia da Costa da Caparica; 14 votos a favor sendo 11 dos eleitos do Grupo Municipal da CDU incluindo o Presidente da Junta da União de Freguesias que o integra e 3 dos eleitos do Grupo Municipal do BE; 2 abstenções dos eleitos do Grupo Municipal CHEGA.

6.2.5 – O Voto de Protesto “Sobre a demora na resolução dos problemas de acesso ao Serviço Nacional de Saúde”, foi aprovada por unanimidade.

6.2.6 – A Recomendação “Ação Imediata no Bairro Ilegal da Penajóia”, foi rejeitada por maioria com 31 votos contra sendo 16 dos eleitos do Grupo Municipal do PS, incluindo os/as Senhores/as Presidentes de Junta de União de Freguesias que o integram, 11 dos eleitos do Grupo Municipal da CDU incluindo o Presidente da Junta



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

da União de Freguesias que o integra, 3 dos eleitos do Grupo Municipal do BE, 1 do eleito IND - Presidente da Junta de Freguesia da Costa da Caparica e 6 votos a favor sendo 3 dos eleitos do Grupo Municipal do PSD, 2 dos eleitos do Grupo Municipal do CHEGA e 1 do eleito do CDS-PP.

6.2.7 – A Moção “Preservar a memória do horror: ação coletiva contra o ódio, o preconceito, a desumanização e a indiferença”, foi aprovada por maioria com 35 votos a favor sendo 16 dos eleitos do Grupo Municipal do PS, incluindo os/as Senhores/as Presidentes de Junta de União de Freguesias que o integram, 11 dos eleitos do Grupo Municipal da CDU incluindo o Presidente da Junta da União de Freguesias que o integra, 3 dos eleitos do Grupo Municipal do PSD, 3 dos eleitos do Grupo Municipal do BE, 1 do eleito do CDS-PP e 1 do eleito IND - Presidente da Junta de Freguesia da Costa da Caparica e 2 abstenções dos eleitos do Grupo Municipal do CHEGA.

6.2.8 – A Moção “Expansão do solo urbano: o desastre anunciado”, foi votada por partes tendo-se verificado os seguintes resultados:

6.2.8.1 – Os Considerandos e o ponto 1 foram aprovados por maioria com 15 votos a favor sendo 11 dos eleitos do Grupo Municipal da CDU incluindo o Presidente da Junta da União de Freguesias que o integra e 3 dos eleitos do Grupo Municipal do BE e 1 de eleito do Grupo Municipal do PS; 4 votos contra sendo 3 dos eleitos do Grupo Municipal do PSD e 1 do eleito do CDS-PP; 18 abstenções sendo 15 dos eleitos do Grupo Municipal do PS, incluindo os/as Senhores/as Presidentes de Junta de União de Freguesias que o integram, 2 dos eleitos do Grupo Municipal do CHEGA e 1 do eleito IND - Presidente da Junta de Freguesia da Costa da Caparica.

6.2.8.2 – O restante documento foi aprovado por maioria com 31 votos a favor sendo 16 dos eleitos do Grupo Municipal do PS, incluindo os/as Senhores/as Presidentes de Junta de União de Freguesias que o integram, 11 dos eleitos do Grupo Municipal da CDU incluindo o Presidente da Junta da União de Freguesias que o integra, 3 dos eleitos do Grupo Municipal do BE, 1 do eleito IND - Presidente da Junta de Freguesia da Costa da Caparica; 4 votos contra sendo 3 dos eleitos do Grupo Municipal do PSD, 1 do eleito do CDS-PP; 2 abstenções dos eleitos do Grupo Municipal CHEGA.

6.2.9 – A Moção “Reforço efetivo da Esquadra da PSP do Laranjeiro/Feijó”, foi aprovada por unanimidade.

6.2.10 – A Moção “Pela urgente resolução dos constrangimentos no transporte ferroviário na Ponte sobre o Tejo”, foi rejeitada por maioria com 17 votos a contra dos eleitos do Grupo Municipal do PS, incluindo os/as Senhores/as Presidentes de Junta de União de Freguesias que o integram, 1 do eleito IND - Presidente da Junta de Freguesia da Costa da Caparica; 6 votos a favor sendo 3 dos eleitos do Grupo Municipal do PSD, 2 dos eleitos do Grupo Municipal do CHEGA e 1 do eleito do CDS-PP; 14 abstenções sendo 11 dos eleitos do Grupo Municipal da CDU incluindo o Presidente da Junta da União de Freguesias que o integra e 3 dos eleitos do Grupo Municipal do BE.

7 – Foi declarado aberto o Período da Ordem do Dia.

7.1 – Entrou-se no ponto 3.1 da ordem de trabalhos apreciação e votação da proposta de revisão do Regimento da Assembleia Municipal de Almada;

7.1.1 – Usou da Palavra o Senhor Presidente da Assembleia Municipal para apresentar as alterações ao Regimento da Assembleia Municipal;

7.1.1.1 – O Senhor Presidente da Assembleia Municipal:

“Senhora Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Esta proposta foi da autoria da Mesa, consensualizada na Conferência de Representantes.

Este foi um processo que decorreu ao longo dos últimos meses, procurando sempre naturalmente, tendo em conta as diversas visões que existem relativamente ao funcionamento da Assembleia Municipal, que são perfeitamente normais e legítimas, aquilo que procuramos ao longo deste meses foi fazer um esforço por corrigir aquilo que era absolutamente consensual, ou pelo menos minimamente consensual, no sentido de que pudéssemos melhor o funcionamento desta Assembleia, em certos casos especificando situações no qual o nosso Regimento não era claro e no qual a Lei Geral também não é clara. Parece-nos que este foi um esforço



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

que foi conseguido, isso traduziu-se também na adesão que existiu às propostas que nós fomos consensualizando em sede de Conferência de Representantes, onde fomos por diversas vezes debatendo estes temas, onde diversas propostas precisamente por não terem essa tónica de se tornarem consensuais, foram sendo deixadas cair, eu acho que a proposta que hoje aqui apresentamos, nos deixa a todos minimamente confortáveis para podermos fazer bem o nosso trabalho e podermos garantir que a Assembleia Municipal de Almada continua a ser o fórum privilegiado onde todas as forças políticas têm voz, independentemente das suas diferenças de posição relativamente a cada um dos temas.”

7.1.2 – No debate usaram da palavra o Senhor Deputado Municipal Pedro Celestino Pereira (BE) e ainda o Senhor Presidente da Assembleia Municipal.

7.1.2.1 – O Senhor Deputado Municipal Pedro Celestino Pereira (BE):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Nós vamos votar favoravelmente a proposta, no entanto, queríamos chamar a atenção para algo que deve ter passado despercebido, porque na prática numa mesa de três pessoas não faz diferença, mas nós até consideramos que na redação anterior do artigo 24.º, do Regimento, que a passo a citar: “As listas referidas no número anterior que respeitam obrigatoriamente o princípio de paridade entre homens e mulheres”, parece-nos que por princípio é mais representativo do ideal de igualdade de género que o Bloco de Esquerda defende e suponho que a maioria da sociedade também defenda.

Como dissemos o efeito é diminuto visto que é uma lista de três pessoas, mas por princípio parece-nos melhor que a redação anterior estava mais correta, e como desejamos de facto, uma sociedade onde a igualdade de género seja uma realidade, convinha que os nossos documentos também o refletissem.”

7.1.2.2 – O Senhor Presidente da Assembleia Municipal:

“Senhora Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Muito obrigado pela sua intervenção Senhor Deputado Municipal Pedro Pereira.

Deixem-me esclarecer o seguinte: este parece-me um daqueles casos onde os princípios que são importantes e que são neste caso indispensáveis, não resolvem o nosso problema. Portanto, precisávamos de passar uma redação que resolvesse de facto o nosso problema.

A redação que nós temos no Regimento que está em vigência, no artigo 24.º, ponto 2, aquilo que refere é que a eleição do número anterior, ou seja, a eleição da Mesa, deve respeitar o princípio da paridade entre homens e mulheres. Por princípio nada a dizer. O problema é, que a lei geral não se aplica nestes casos. A lei geral diz que qualquer lista que é candidata aos órgãos quer deliberativo, quer executivo, tem que ter neste momento 40% de cada um dos sexos. Não se aplica à eleição da Mesa, aplica-se apenas na eleição dos Deputados Municipais. Quando vamos eleger a Mesa, não é possível a Mesa ser paritária, porque a Mesa é composta por três pessoas e, portanto, necessariamente, há um dos sexos que está representado maioritariamente.

Isto foi uma proposta apresentada pela CDU e que se tornou consensual, porque aquilo que esta nova versão vem clarificar é dizer que independentemente de haver um princípio de paridade com o qual todos nós concordamos, que se deve respeitar, o que é facto é que, na prática na eleição da Mesa, o que nós podemos garantir, é que pelo menos os dois sexos estão representados, ou seja, que há pelo menos, uma pessoa de cada sexo e depois há um terceiro que pode ser de qualquer um deles. Porque essa é forma no concreto de garantir que temos sempre uma Mesa que não respeite a Lei da Paridade, porque a Lei da Paridade são 40%, isso também seria impossível, e por isso é mudamos a redação, não porque não concordemos, acho que todos concordamos, mas neste caso resolve o problema a proposta da CDU e foi por isso que optamos por essa proposta.”

7.1.3 – Não havendo mais pedidos de palavra e após verificação do quórum, procedeu-se à votação do Regimento da Assembleia Municipal sendo aprovado por unanimidade, através da seguinte deliberação:



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

DELIBERAÇÃO

A Assembleia Municipal de Almada, ao abrigo da alínea a), do n.º 1 do artigo 26.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais aprovado pela Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro e do artigo 99.º do Regimento, delibera aprovar as alterações ao Regimento da Assembleia Municipal de Almada que entra em vigor no dia seguinte à sua publicitação.

7.2 – Entrou-se no ponto 3.2 da ordem de trabalhos, para apresentação dos Relatórios das Comissões Permanentes, nos termos do artigo 86.º do Regimento;

7.2.1 – Para apresentar o Relatório da 1.ª Comissão usou da palavra o Senhor Deputado Municipal Pedro Celestino Pereira (BE);

7.2.1.1 – O Senhor Deputado Municipal Pedro Celestino Pereira (BE):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Durante o segundo semestre de 2024, esta comissão realizou aos doze dias do mês de Dezembro de 2024 pelas 17h30, nas instalações da Assembleia Municipal de Almada, uma reunião com a Presidente da Câmara Municipal de Almada, com o executivo do SMAS e da WeMob. Representados respetivamente pela Presidente Inês de Medeiros, pelo Vereador José Pedro Ribeiro e pelo Vereador Filipe Pacheco e respetivos serviços de apoio.

Nesta reunião o executivo apresentou as Opções do Plano e Orçamento e Mapa de Pessoal do Município para 2025, o Plano de Atividades e Orçamento para o ano de 2025 da Wemob e as Opções do Plano e Orçamento e Mapa de Pessoal dos SMAS para 2025. Após a apresentação as e os Deputados presentes tiveram a hipótese de pedir esclarecimentos adicionais a quaisquer dúvidas e realizar comentários sobre as propostas e documentos apresentados. Alguns dos temas abordados nesta reunião foram relativos à habitação, ao aumento dos custos em recursos humanos puxados pelo aumento do salário mínimo, à polícia municipal, ao projeto do Agroparque e à colocação de painéis fotovoltaicos para diminuir os custos da eletricidade e promover políticas ambientais.

Estes podem ser consultados em maior detalhe na ata da respetiva reunião. Entretanto, não se revelou necessário fazer mais atividades no âmbito desta comissão.”

7.2.2 – Para apresentar o Relatório da 2.ª Comissão usou da palavra a Senhora Deputada Municipal Marta Cortez Santos (PS);

7.2.2.1 – A Senhora Deputada Municipal Marta Cortez Santos (PS):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

O presente relatório, no cumprimento do estabelecido no regimento da Assembleia Municipal de Almada, tem como objetivo demonstrar a atividade da Comissão supramencionada durante o segundo semestre de 2024, com foco nas políticas culturais e patrimoniais do município.

No dia 26 de julho de 2024, realizou-se uma reunião entre a Comissão e a Senhora Presidente da Câmara Municipal, que se sintetiza seguidamente:

1. Intervenção da Presidente.

A Presidente destacou a ambição de consolidar Almada como uma capital das artes performativas. Foram promovidos diversos festivais culturais, incluindo o Festival de Teatro de Almada, Festival Sementes, Festival dos Capuchos e "Está Tudo em Festa", abrangendo todas as freguesias. A comemoração dos 50 anos do 25 de Abril incluiu exposições e debates.

Foi adquirido o Auditório da Costa, garantindo a permanência da Gandaia. Verificaram-se intervenções na Casa da Cerca, Galeria Municipal e Convento dos Capuchos, que tiveram também uma programação contínua, promovendo a dinamização cultural do território. A nova galeria no Solar dos Zagallos e a requalificação dos seus jardins também foram mencionadas.



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

A modernização das bibliotecas incluiu a implementação de uma biblioteca itinerante, digitalização do acervo e renovação de reservas. A abertura do Castelo de Almada para visitas e a requalificação do Jardim do Almaraz foram destacadas, além da aquisição de coleções fotográficas e a necessidade de estrutura adequada para conservação.

Eventos marcantes, como as Marchas Populares, exposições, o Festival Sons de Outono e Bluegrass Festival, foram reforçados. Parcerias como a City Cortex e Ensaios e Diálogos fortalecem a oferta cultural. A continuidade do festival "O Sol da Caparica" também foi sublinhado como uma referência cultural consolidada.

2. Intervenções dos Deputados Municipais

Luís Palma questionou o impacto da programação cultural no orçamento municipal e os prazos para conclusão das obras no Solar dos Zagallos. Indagou sobre o concurso do Teatro António Assunção e quais coletividades poderão beneficiar de maior apoio.

Beatriz Ferreira perguntou sobre a realização de uma feira do livro, obras de manutenção em espaços culturais, criação de um ponto de biblioteca na Costa da Caparica e a dinamização do Museu da Cidade.

Daniel Silva destacou a relevância da abertura do submarino como atração cultural e sugeriu a retomada de sessões de cinema Drive-Thru.

José Rocha alertou para a falta de espaços culturais e questionou quais soluções estão previstas.

Sandra Chaiça reivindicou a criação de um auditório para Caparica e Trafaria e questionou a reabilitação do Convento dos Capuchos e do campo de jogos do Presídio da Trafaria.

João Couvaneiro abordou a necessidade de articulação cultural com o Santuário do Cristo Rei, a valorização das bibliotecas escolares e a preservação de património histórico como a Torre de S. Sebastião e a Capela de S. Tomás de Aquino.

3. Respostas da Presidente

A Presidente esclareceu que o Castelo de Almada integra o programa Revive. Os futuros Paços do Concelho terão um auditório e os atuais receberam materiais museológicos. O Centro de Interpretação ficará na futura estação fluvial.

A reabilitação da Casa da Cerca está prevista para maio de 2025, enquanto o concurso das obras do Solar dos Zagallos ainda não tinha sido lançado. A digitalização do arquivo urbanístico está em andamento. O campo de jogos do Presídio da Trafaria será mantido, com parte do espaço destinado a residências artísticas.

O Festival Read On foi um sucesso. Há planos para valorizar a Capela de S. Tomás de Aquino e a Torre de S. Sebastião. O debate sobre a reabilitação da Fonte Santa continua.”

7.2.3 – Para apresentar o Relatório da 3.ª Comissão usou da palavra o Senhor Deputado Municipal Sérgio Faria Bastos (PS);

7.2.3.1 – O Senhor Deputado Municipal Sérgio Faria Bastos (PS):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

No primeiro semestre foram realizadas duas reuniões, a saber:

A 22 de outubro realizou-se a décima terceira reunião da Terceira Comissão Municipal que contou com a presença da vereadora silveira e onde foram abordadas questões relacionadas com a higiene urbana e recolha de resíduos

Foi abordada a problemática da recolha de biorresíduos, e da necessidade de contratar ‘circuitos de complementaridade’ junto de Empresas Privadas; as quais prestam serviços de ‘rotas’ com equipamento mecânico e mão-de-obra incluída. Uma vez que corriam situações de incumprimento de folgas e descansos semanais, como atribuição de horas extra e trabalho suplementar e extraordinário. presentes. Foram ainda descritas um conjunto de medidas que a Câmara Municipal de Almada está a implementar para melhorar o



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

serviço de recolha de resíduos sólidos e monos Foi ainda referido por parte da Câmara Municipal de Almada que ocorreu um reforço da fiscalização Municipal, na perspetiva de contributo para a resolução do problema da deposição ilegal de resíduos.

Por parte dos diversos Deputados Municipais foram levantadas um conjunto de críticas e questões relativas à acumulação de lixo no espaço público e sobre a resposta dada pelos serviços municipais que de acordo com os mesmos têm sido insatisfatórias.

A CDU, expressou discordância relativamente a um 'novo paradigma' para a aceitação, inclusão, contratação e intervenção de Empresas Privadas para atribuição e competência municipais de prestação de Serviço Público de limpeza, higiene e recolha de resíduos sólidos, referindo que tal visa a privatização gradual deste serviço. O BE acompanhou a CDU nas reservas relativamente à externalização destes serviços.

o PS, defendeu solução apresentada como sendo segura, rápida e eficaz para o problema atual que é, efetivamente, um perigo para a saúde pública.

A Senhora Vereadora referiu ainda ser complexo todo o processo e procedimento públicos de contratação de Pessoal. A falta de assiduidade de muitos trabalhadores e absentismo por baixas médicas dificultam o funcionamento das equipas e realização destes trabalhos de limpeza e higiene urbanas, bem como de recolha de resíduos sólidos.

Foi ainda referido que a entrada em funções da Polícia Municipal poderá ser uma mais-valia para esta área, acompanhando situações de depósito de entulhos, monos e materiais no espaço público

A segunda reunião da 3.ª Comissão decorreu no dia 6 de novembro e teve por objeto a ocultação de associações representativas dos agricultores das Terras da Costa, mais concretamente a Associação Agrária e para a Proteção Ambiental Costa de Caparica [AAPACC], e a Associação de Agricultores das Terras da Costa – AATC.

A AAPACC referiu ter tido reunião com Câmara Municipal de Almada [CMA], na qual contavam com apresentação e análise de propostas e situações concretas e, ainda, não conseguiram perceber em que pé está o projeto. Não era visível nenhum trabalho ou intervenção no território, excetuando os recentes realojamentos de Famílias do Bairro do Lelo. Das demolições das habitações desocupadas, resultou uma má intervenção dos Serviços Camarários por todo o entulho e lixo acumulados, sem remoção nem limpezas posteriores.

Na sua perspetiva, persiste a ausência de proposta de contrato de arrendamento para os terrenos agrícolas, face o projeto proposto e apresentado para o território das Terras da Costa. Igualmente desconhece-se Regulamento para o Agroparque que a Câmara Municipal de Almada pretende construir.

Foi ainda referido que ambas as Associações ficaram excluídas da elaboração do Regulamento que à data desconheciam.

De da parte da AATC, que corroborou as ideias expressas pela AAPACC, foi referido o desagrado por o projeto em causa ter sido realizado e apresentado sem auscultação às partes visadas e, diretamente, envolvidas – Agricultores, Residentes e Proprietário; sem qualquer avaliação geofísica dos solos em causa e ausência técnica de Especialista em Agronomia.

Resumindo, à data existiam por parte destas organizações, um conjunto de dúvidas sobre este projeto, regras, deveres e obrigações que causam desconforto a estas associações, bem como aos seus associados.

De seguida os diversos representantes das forças políticas efetuaram um conjunto de questões sobre o estado do projeto e articulação com os agricultores, sendo que apesar de todos reconhecerem as mais valias do mesmo, que se traduziu na aprovada por unanimidade, em reunião plenária da Assembleia Municipal, a 22 de Abril de 2024 ano, da 'Recomendação à Câmara Municipal de Almada sobre o Agroparque. Muitos referiram que ainda subsistiam muitas indefinições e dúvidas relativas a este projeto.



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

O Deputado Municipal do CDS-PP, referiu que faria sentido uma proposta para criação de Grupo de Trabalho específico para este caso e situação com vista a um acompanhamento mais próximo por parte da Assembleia Municipal desta questão face às dúvidas e questões suscitadas.

Face aos factos já descritos, foi entendido pela generalidade dos Deputados Municipais, que feria sentido pedir a presença da Senhora Presidente da Câmara Municipal de Almada numa próxima reunião da 3.ª Comissão para prestar esclarecimentos adicionais.”

7.2.4 – Para apresentar o Relatório da 4.ª Comissão usou da palavra o Senhor Deputado Municipal Henrique Margarido Almeida (PS);

7.2.4.1 – O Senhor Deputado Municipal Henrique Margarido Almeida (PS):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

No cumprimento do Artigo 89.º do Regimento da Assembleia Municipal de Almada, vem a 4.ª. Comissão Permanente apresentar o seu Relatório de Atividades.

Assim, neste período a Comissão não teve qualquer atividade, porque durante o 1.º semestre realizou as atividades programadas para o ano de 2024.”

7.2.5 – Para apresentar o Relatório da 5.ª Comissão usou da palavra a Senhora Deputada Municipal Ana Luisa Rodrigues (CDU);

7.2.5.1 – A Senhora Deputada Municipal Ana Luísa Rodrigues (CDU):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

No mês de Junho, realizou-se a reunião trimestral com a administração da ULS Almada/Seixal, tendo sido informados que a ULS foi constituída em 1 de Janeiro e assumida a direção em 15 do mesmo mês. Existiam em janeiro 65.000 utentes sem médico de família, tendo este número reduzido para 35.000 utentes à data da reunião. Estes números são totais da ULS, pelo que inclui os dois Concelhos.

A substancial redução de utentes sem médico de família deveu-se à abertura de uma nova USF no Seixal e à reestruturação do corpo clínico, abriram concurso para 35 médicos de medicina familiar e especialidades, tendo o HGO pedido ginecologistas e obstetras. Entraram mais dois médicos para Almada, ficando no Concelho de Almada 12.000 utentes sem médico de família.

Pretendem replicar a experiência de integração de consultas, já existente no HGO, agora também com os cuidados primários, o que permite rentabilizar os recursos.

A lista de espera para consultas está em média temporal de 1 ano, conseguiram reduzir 30 dias, 50% destas consultas são de especialidade.

Têm tido muitas altas logo nas primeiras consultas de especialidade, o que significa que são encaminhamentos malfeitos e que poderiam ter sido resolvidos nos cuidados de saúde primários.

A pediatria estava à data a funcionar 365 dias, das 8h00 às 20h00. A urgência de obstetrícia tem estado de facto fechada muitos dias, estavam 8 médicas de baixa/licença de maternidade o que obriga os médicos que estão de serviço, médicos estes na faixa etária acima dos 50 anos, a fazer 60H de banco por semana. Fazem em média 7/8 partos diários, quase todos programados oriundos da consulta de alto risco, em que o HGO é especialista.

A hospitalização domiciliária continua a ser uma experiência muito positiva, têm 25 casos, querem aumentar este rácio, mas necessitam de mais recursos humanos.

Têm um novo pavilhão de pedopsiquiatria e entraram dois novos médicos para reforçar a equipa já existente. Tem ocorrido um aumento exponencial de urgências com uma média de 4/5 internamentos de jovens, por intoxicação medicamentosa e/ou associados a consumos.



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

As obras na nova resposta em Alfazina estão a terminar, decorrem também obras no aumento de espaço da psiquiatria para abertura de hospital de dia e mais 7 camas de internamento. Estão programadas obras de fundo na Rainha D. Leonor, aguardam reunião com a Câmara Municipal de Almada para apreciação do projeto.

Existem projetos em PRR “com bons milhões” para remodelações totais e novas construções em que fizeram propostas de alteração e aguardam aprovação.

Em Julho, a pedido da comissão de moradores, realizou-se reunião no bairro do Penajoia, onde os moradores colocaram várias questões, nomeadamente o corte de água inclusive do ponto de água onde, caso necessário num cenário de incêndio, os bombeiros iriam abastecer. Outra questão foram os editais colocados pelo IHRU a avisar a ocorrência de demolições. A recolha do lixo que não é feita e o despejo sistemático de entulho, que ocorre ilegalmente na entrada de acesso ao bairro.

Foi também colocada a questão de existirem, ou não, planos em PDM para uma parte deste terreno que é urbanizável, podendo eventualmente ser uma solução de realojamento para os moradores.

Decidiu-se que iria a 5ª Comissão solicitar alguns pedidos de informação dirigidos ao executivo. A senhora Presidente da União de Freguesias Almada, Cacilhas, Pragal calendarizou reunião para programar com os moradores limpeza do espaço.

Em Outubro realizou-se reunião conjunta das 2ª, 5ª e 7ª Comissões permanentes da Assembleia Municipal de Almada com a Senhora Vereadora Teodolinda Silveira, sobre a transferência de competências para a Autarquia nas áreas da Educação, Ação Social e Saúde.

A Senhora Vereadora informou que na área da Educação foram assumidas responsabilidades na gestão e manutenção dos edifícios escolares, atividades extracurriculares, transporte adaptado, refeitórios e pessoal não docente.

Na área da Ação Social foi feito protocolo com quatro IPSS do concelho, que passaram a assumir a responsabilidade da resposta do atendimento social e acompanhamento de RSI.

Na saúde, a Autarquia passou a ter a responsabilidade de gestão e manutenção dos edifícios dos centros de saúde, viaturas e pessoal não clínico.

Em Outubro realizou-se reunião com o Senhor Provedor do Animal, Dr. Nuno Paixão, que explanou todo o trabalho desenvolvido, dificuldades e parecer relativamente à criação do cemitério para animais de companhia, que não foi conclusivo.

Em Novembro, ocorreu reunião da 5ª Comissão para avaliação do trabalho desenvolvido e reunião com dois técnicos do IHRU.

Foram colocadas várias questões aos dois técnicos do IHRU, Dra. Marta Santos e Dr. Frederico Freitas, sobre o estado de degradação do parque habitacional, limpeza dos espaços comuns, alternativas habitacionais e planos para os terrenos do bairro do Penajoia.

Os técnicos do IHRU informaram que existem 2.650 fogos no concelho, 2.3515 habitacionais e 395 não habitacionais. Há data da reunião existiam também 71 casas ocupadas indevidamente com processos de despejo em tribunal.

Referiram que o processo de reabilitação do edificado é muito moroso por ser muito burocrático, estimam que no decorrer de 2025 seja concretizado. Reconheceram que o número de casas atribuídas entre Janeiro e Maio foi muito baixo e que será muito difícil para o IHRU avançar para a solução de muitos dos problemas sem a colaboração dos órgãos políticos locais.

A Dra. Marta disse não estar na posse de informação que permita responder a muitas das questões colocadas, mas que as irá colocar superiormente a fim de serem clarificadas.

Considerando que até à data não ocorreu qualquer informação por parte do IHRU, vai a 5ª Comissão solicitar resposta às mesmas.



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

Reunião com o Ministério Público – 15-06-2023;

Pedido do relatório de avaliação do primeiro ano da transferência de competências da ação social – 02-05-2024 (mais duas insistências em 26/09/24 e 16/01/2025);

Pedido de parecer jurídico á DGAV sobre criação de cemitério para animais de companhia – 02-05-2024 (insistência em 04-02-2025);

Pedido de mobilidade do Concelho, dirigido ao executivo – 02-05-2024;

Pedido de informação dirigido à senhora presidente sobre várias situações ocorridas no Bairro do Penajoia – 22-08-2024;

Pedido de reunião com a Administração da ULS Almada/Seixal – 04-02-2025;

Pedido de reunião com a Comissão de Moradores do Penajoia- 04-02-2025.”

7.2.6 – Para apresentar o Relatório da 6.ª Comissão usou da palavra o Senhor Deputado Municipal Luís Filipe Palma (CDU);

7.2.6.1 – O Senhor Deputado Municipal Luís Filipe Palma (CDU):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

O presente relatório, no cumprimento do estabelecido no Regimento da Assembleia Municipal de Almada, tem como objetivo demonstrar a atividade da Comissão supramencionada no segundo semestre do ano 2024.

Assim,

Na reunião realizada aos trinta dias do mês de julho de dois mil e vinte e quatro, nas instalações da sede da Transtejo, sita no Terminal Fluvial do Cais do Sodré, foram abordadas matérias relativas ao atual estado da frota, à prestação do serviço de transporte fluvial e à entrada em funcionamento dos novos barcos elétricos.

Os Deputados Municipais manifestaram a sua preocupação quando ao facto de as obras no Terminal Fluvial de Cacilhas e da Trafaria ainda não ter avançado, assim como pelo adiamento da circulação da nova frota de barcos elétricos e da irregularidade na prestação do transporte fluvial, o que deixa os utentes sem uma alternativa funcional na travessia do rio, obrigando à deslocação em outros meios de transporte menos diretos nos seus habituais percursos diários e com custos mais elevados, muito aquém da resposta que se exige.

Os Deputados Municipais foram esclarecidos pela administração da Transtejo no que diz respeito a algumas dificuldades existentes no cumprimento dos prazos para colocar os barcos elétricos a navegar no rio e a prestar o serviço de transporte de passageiros a que se destinam, nomeadamente na operacionalização das estações de carregamento; quanto ao novo Terminal Fluvial de Cacilhas, há que encontrar uma solução para a deslocalização do Clube Náutico de Almada para se poder avançar com a obra; em relação ao terminal da Trafaria são necessárias obras de reforço da muralha e, por questões de segurança, durante a empreitada a estação fica encerrada e não haverá carreiras entre margens.

Conforme consta na Ata n.º 29/XIII-3.º/2021-2025, as matérias apresentadas nessa reunião foram apreciadas pela Comissão.

Na reunião ocorrida aos trinta e um dias do mês de julho de dois mil e vinte e quatro, nas instalações da Polícia de Segurança Pública (PSP) em Almada, foram abordadas matérias relativas à mobilidade na rede viária no Concelho de Almada.

Foram apontadas necessidades de reformulação de artérias em todo o concelho que precisam de intervenção para introduzir melhoria no tráfego e conseqüente mobilidade na rede viária.

Os Deputados Municipais foram informados quanto à baixa sinistralidade e conseqüente redução de feridos.

Relativamente às obras de alargamento do IC20 existem muitas dúvidas quanto à eventual melhoria na circulação nos acessos à Ponte 25 de Abril, à Costa da Caparica e a Almada, lamentando a PSP não ter sido



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

consultada sobre esta grande intervenção, quando existe um “bloqueio” ao centro de Almada e Cova da Piedade, assim como pelo corredor de acesso ao Laranjeiro e Feijó pela Avenida Henrique Barbeitos e Avenida Arsenal do Alfeite. Sublinham, que há necessidade da PSP ser consultada quando existem obras de intervenção da rede viária, pois o seu parecer poderia em muito melhorar a circulação da rede viária no concelho, de modo a salvaguardar a circulação em si, como a acessibilidade de veículos de emergência e outros meios de mobilidade hoje utilizados.

Os Deputados Municipais referiram, também, a necessidade de criar mais bolsas de estacionamento e sem custos, sobre a qual a PSP compreende e considera ser possível em algumas zonas do Concelho onde a pressão do automóvel não é tão sentida.

Os Deputados Municipais acrescentaram ainda que as futuras requalificações no espaço público e nas novas zonas habitacionais projetadas, sejam acautelados espaços para estacionamento e de acessibilidade que não cause estrangulamento nas artérias para as quais irá confluir o trânsito, sendo urgente articular estas zonas com transportes públicos eficazes e outros meios de deslocação e mobilidade alternativa.

Conforme consta na ata n.º 30/XIII-3.º/2021-25, as matérias apresentadas nessa reunião foram apreciadas pela Comissão.

Na reunião ocorrida aos nove dias do mês de outubro de dois mil e vinte e quatro, nas instalações da Metro Transportes do Sul (MTS), foi feito um ponto da situação sobre a rede do metro de superfície e a sua extensão futura.

Foram apontadas as extensões da linha até à Costa da Caparica e Trafaria, possibilidade de ligação à Freguesia de Charneca da Caparica/Sobreda, em carril ou em “espaço dedicado” (metrobus), assim como as ligações ao Concelho do Seixal e Barreiro com interface com outros transportes públicos, nomeadamente com o transporte fluvial.

A administração do MTS informou sobre o estudo que está a ser desenvolvido pelo Metro de Lisboa na extensão do metro de superfície à Costa da Caparica e à Trafaria, na consequente revisão do contrato, considerando a aquisição de material circulante por via do alargamento da rede. Informaram, também, que todos estes desenvolvimentos relativamente à extensão da rede, estão a ser articulados com o Município, considerando o plano de ciclovias previsto para Almada e que devem acompanhar a rede de metro de superfície, permitindo o uso de meios de mobilidade suave.

A questão da revisão do traçado das futuras extensões da linha do metro de superfície está a ser equacionada, considerando o desenvolvimento do território e as novas necessidades entretanto sentidas pelas populações, atendendo, sobretudo, ao crescimento do número de passageiros.

Conforme consta na ata n.º 31/XIII-3.º/2021-25, as matérias apresentadas nessa reunião foram apreciadas pela Comissão.”

7.2.7 – Para apresentar o Relatório da 7.ª Comissão usou da palavra a Senhora Deputada Municipal Ana Margarida Lourenço (PS);

7.2.7.1 – A Senhora Deputada Municipal Ana Margarida Lourenço (PS):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

A 7.ª Comissão Permanente da Assembleia Municipal de Almada – Direitos dos Cidadãos, Proteção Civil e Segurança - doravante designada por Comissão – realizou três reuniões no período em apreço do presente relatório: a primeira reunião realizou-se no dia 12 de setembro, sobre o atendimento ao Município e apresentação dos principais indicadores e sua evolução; a segunda reunião realizou-se no dia 3 de outubro, uma reunião conjunta entre as 2.ª, 5.ª e 7.ª Comissões Permanentes da Assembleia Municipal de Almada (AMA), sobre o balanço da transferência de competências da Administração Central para a Autarquia nas áreas da Educação, Ação Social e Saúde; a terceira reunião realizou-se no dia 10 de dezembro, para definição das atividades da Comissão no ano de 2025.



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

Estas reuniões permitiram o integral cumprimento daquilo que havia sido planeado no início do ano como atividade da Comissão para o ano de 2024, não tendo surgido nenhum outro pedido de reunião ou qualquer evento que justificasse atividade adicional da Comissão.

12 de setembro, Reunião com Senhora Vereadora da Câmara Municipal de Almada, Dra. Francisca Parreira, sobre o atendimento ao Município e apresentação dos principais indicadores e sua evolução. A reunião foi marcada com o objetivo conhecer o atendimento que é feito ao Município por parte da Câmara Municipal, assim como alguns indicadores e a sua evolução. A Senhora Vereadora Francisca Parreira iniciou a reunião por apresentar os progressos realizados na área do atendimento ao público, destacando a evolução, desde 2019, quer na vertente digital quer na vertente presencial. Apesar do destaque e da utilização cada vez mais massiva dos meios digitais, o atendimento presencial continua a ser bastante valorizado. Disso são prova os Espaços do Cidadão, criados como atendimento de proximidade em todas as Uniãos de Freguesias e Freguesia do Concelho de Almada, permitindo que os municípios, nomeadamente aqueles que demonstram maior resistência à utilização dos meios digitais, possam usufruir do serviço de atendimento sem terem de se deslocar à sede do Concelho. Para além disso, estes espaços têm a vantagem de permitir igualmente o atendimento de proximidade relativo a alguns serviços da Administração Central, como são exemplo a renovação de Cartão de Cidadão ou adesão à Chave Móvel Digital. Foi também oportunidade para partilhar os desafios para o melhoramento das acessibilidades dos edifícios municipais e da redução dos tempos de espera e de resposta do atendimento ao público, dos novos projetos integrados de atendimento como seja o “Siga” e o “Modelo 360”, assim como a criação do “Balcão de Inclusão”, o qual permitirá uma melhoria bastante significativa do atendimento a pessoas com deficiência, realçando esta iniciativa como um passo significativo para a inclusão e adaptação às necessidades específicas dos cidadãos.

A Senhora Vereadora fez-se acompanhar pela Chefe de Divisão de Atendimento e Administração Geral, Dra. Inês Simões, a qual apresentou alguns indicadores relacionados com o atendimento ao público, a sua evolução e os serviços mais procurados. Referiu também que alguns dos indicadores devem ser analisados não só na vertente quantitativa, mas ter em consideração a complexidade de algumas áreas, como por exemplo a área da habitação ou do urbanismo, nas quais é necessário a apresentação de documentação específica para a correta instrução do pedido, o que, na sua opinião, leva a um aumento no tempo de resposta por fatores não imputáveis à Câmara Municipal.

3 de outubro, Reunião conjunta das 2.ª, 5.ª e 7.ª Comissões permanentes da Assembleia Municipal de Almada - AMA com a Senhora Vereadora da Câmara Municipal de Almada, Dra. Teodolinda Silveira, sobre o balanço da transferência de competências da Administração Central para a Autarquia nas áreas da Educação, Ação Social e Saúde – Tendo em consideração que muitas áreas de competência da autarquia têm o âmbito de mais do que uma Comissão permanente da Assembleia Municipal de Almada - AMA, foi proposto por esta Comissão que pudesse ser realizada uma reunião conjunta entre as 2.ª, 5.ª e 7.ª Comissões, para fazer o balanço da transferência de competências da Administração Central para a Autarquia nas áreas da Educação, Ação Social e Saúde, nomeadamente na vertente de atendimento ao público que passou a ser da responsabilidade da Câmara Municipal.

De uma forma bastante detalhada, a Senhora Vereadora Teodolinda Silveira apresentou as diversas competências que passaram para a responsabilidade da Câmara Municipal nestas três áreas. Na área da Educação, a Câmara Municipal recebeu competência no que respeita à gestão e manutenção dos edifícios escolares, às atividades de enriquecimento curricular, ao transporte adaptado, ao apoio alimentar e gestão dos refeitórios escolares, à transferência e gestão do pessoal não docente. Na área da Ação Social o Município passou a ser responsável pela gestão do Rendimento Social de Inserção (RSI) e do atendimento de primeira linha, tendo para isso celebrado protocolos com 4 Instituições Particulares de Solidariedade Social, de forma a dar cobertura a todo o território do concelho e com isso melhorar a resposta aos municípios. Também nesta área a Câmara Municipal adotou da figura de “gestor de caso”, mudando o paradigma do atendimento e acompanhamento, permitindo desta forma uma gestão integrada dos casos e tornando a gestão dos recursos disponíveis mais eficiente. No que respeita à área da Saúde, na qual a assunção de responsabilidades por parte da Câmara Municipal é mais recente, passou a ser o Município o responsável pela gestão e manutenção dos



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

centros de saúde, incluindo a limpeza e segurança dos edifícios, pela gestão logística de viaturas e pela gestão dos trabalhadores das carreiras gerais (Assistentes Técnicos e Assistentes Operacionais) que foram transferidos para a autarquia.

11 de abril, Reunião para definição das atividades da Comissão para o ano de 2025 – Sendo o ano de 2025 um ano atípico do mandato, dada a realização de eleições autárquicas previstas para o final de setembro/início de outubro, e que, por esse motivo, a Conferência de Representantes da Assembleia Municipal de Almada - AMA definiu que a atividade das comissões deverá terminar no mês de julho (salvo situações imprevistas e de urgência), ficou definido que em 2025 a Comissão irá solicitar uma reunião com o Vereador responsável pela área do Urbanismo, Dr. José Pedro Ribeiro, com o objetivo de conhecer o atendimento ao público feito pela Câmara Municipal na área específica do Urbanismo. Será também solicitada à Câmara Municipal uma visita ao Serviço Municipal de Proteção Civil, incluindo as instalações sitas na Bateria da Raposa. Para além destas reuniões, a Comissão reunirá sempre que se verifique algum acontecimento específico que justifique a audição de alguma entidade, no âmbito das áreas de intervenção que esta Comissão acompanha.”

7.3 – Entrou-se no ponto 3.3 da ordem de trabalhos, relativo à apreciação da Informação da Presidente da Câmara Municipal acerca da Atividade Municipal;

7.3.1 – Para apresentar a Informação da Atividade Municipal usaram da palavra a Senhora Vereadora Maria Teodolinda Silveira (PS), o Senhor Vereador José Pedro Ribeiro (PS), a Senhora Vereadora Francisca Baptista Parreira (PS), o Senhor Vereador Filipe Alexandre Pacheco (PS) e a Senhora Presidente da Câmara Municipal;

7.3.1.1 – A Senhora Vereadora Maria Teodolinda Silveira (PS):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Os Senhores Deputados Municipais têm o documento, está lá elencada toda a atividade que ocorreu durante estes dois últimos meses.

Eu iria apenas salientar duas ou três coisas que considero mais estruturantes.

No âmbito da Ação Social e da transferência de competências no âmbito da Ação Social, procedemos neste período, à revisão e atualização dos quatro protocolos que garantem no terreno o acompanhamento de primeira linha. Foi feito em diálogo com as quatro instituições que têm protocolado este serviço, foi aceite. Fizemos um balanço claramente positivo da mudança que ocorreu no território uma vez que passamos a ter apoio à emergência durante todos os dias da semana e em todas as Freguesias. Portanto, entendemos que esta é de facto, a renovação de uma medida estruturante para o nosso território e que efetivamente mudou a face da emergência e do apoio à emergência e que tem um valor de 1.756.000.00€ (um milhão setecentos e cinquenta e seis mil euros).

A outra medida que nos parece estruturante, embora em fase de lançamento, é o lançamento do Radar Social. É um projeto que irá fazer o diagnóstico de todas as necessidades em termos de intervenção social no terreno, acompanhamento a idosos, às famílias abaixo do limiar da pobreza, às pessoas com deficiência, e fará não só o diagnóstico como a sua georreferenciação. E isso torna-se absolutamente fundamental, para a estruturação das políticas públicas que respondam a estas necessidades.

Eu estive ontem na Área Metropolitana de Lisboa, num grupo de trabalho recentemente criado sobre saúde e pobreza, e foi dito que no estudo que está feito, as famílias no limiar da pobreza em Lisboa estão a baixar e na Península de Setúbal estão a subir. Esta georreferenciação dessas famílias, torna-se absolutamente estrutural para podermos contrariar este movimento.

No âmbito da Saúde, ia referir o CRIA – Centro de Resposta Integradas de Almada, todos já sabem, já falamos sobre ele várias vezes, bem como a publicação em Diário da República da Lista Denominativa dos Trabalhadores da Saúde encerrando assim a transferência de competências sobre a saúde.

Dizer-vos que na Educação, tenho apenas grandes preocupações e as preocupações que tenho prendem-se efetivamente, com o facto de que, a rejeição do orçamento nos criou aqui grandes dificuldades. Ao rejeitarem



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

o orçamento com o mapa de pessoal, não temos de forma ágil de poder substituir os funcionários que são por baixa prolongada e que fazem de facto muita falta às escolas e é evidente que isso me preocupa.

Preocupa-me também, a questão das refeições das crianças, tinha que ser lançado um concurso internacional agora, porque o contrato que temos não podia ser em 2024, porque ele termina em 2025, e efetivamente é um concurso internacional de um grande valor e que vai levar um enorme ajuste de verbas e de rúbricas para o seu lançamento.

As obras são outro problema que me preocupa, ainda ontem ouvi e percebi que era uma questão.

Portanto, aquilo que eu queria dizer é o seguinte: efetivamente, a rejeição do orçamento, foi em muitos casos e neste concretamente um problema, não é como eu ouço dizer que não tem problema nenhum. Não vamos desistir ainda ontem ouvi a Senhora Presidente dizê-lo e eu também o digo. Mas digo-vos que, é preciso que cada um assuma nesta matéria as suas responsabilidades.”

7.3.1.2 – O Senhor Vereador José Pedro Ribeiro (PS):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Queria destacar na área do Urbanismo o início do processo de digitalização do arquivo, assim como o início do processo de desmaterialização ultrapassado que foi um problema jurídico, o concurso estava em Tribunal, veio dar-nos razão agora o Tribunal e portanto, conseguimos concretizar a aquisição e queremos e acreditamos que, Almada possa ter até final de agosto, na pior das hipóteses, já todo o processo de desmaterialização feito contribuindo com isso para maior agilização naquilo que é o diálogo entre os municípios e a Câmara Municipal, contribuindo naturalmente, para melhorar os tempos de resposta da administração.

Independentemente disso, quero também aqui realçar as emissões de certidões de utilização, respostas a requerimentos que foram feitos nestes dois meses.

No diz respeito ao Departamento de Economia e Desenvolvimento Local, para além naturalmente também, das emissões dos alvarás que usualmente são emitidos, queria aqui destacar também a elaboração da proposta final do Regulamento Municipal de Horários de Funcionamento, vem aqui à Assembleia Municipal hoje para aprovação.

Também referir a finalização do processo do concurso para a instalação dos postos de carregamento elétricos, também vem hoje aqui, que irá também contribuir para a melhoria de qualidade de vida dos nossos cidadãos e responder a uma das necessidades que existem no território.

Naturalmente, continuam a decorrer inúmeras obras, ao contrário do que foi dito, as obras decorrem a vários ritmos, queria destacar as obras referentes à habitação social, queria referir também as obras de ampliação da Escolas da Trafaria, bem como as inúmeras obras de asfaltamento que estão a decorrer um pouco por todo o Município.

Queria referir também, a conclusão daquilo que é a empreitada para a Loja do Cidadão, muito em breve irá a reunião de Câmara, e que irá permitir de facto, o arranque muito em breve dessa obra.

Naturalmente, também, destacar os concursos para os Centros de Saúde do Feijó e da Costa da Caparica, que irão também finalizar no decurso deste ano.”

7.3.1.3 – A Senhora Vereadora Francisca Baptista Parreira (PS):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Os documentos estão à consideração dos Senhores Deputados e Senhoras Deputadas Municipais.

Dar nota que, trazem à evidência o trabalho concretizado nas áreas da tutela que agora pretendo mencionar.

Dar-vos nota que, na área do Serviço Municipal de Proteção Civil, continuamos a trabalhar e a apostar na prevenção, coisa que não acontecia no passado neste Município.



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

Dar-vos nota que, rosto disso são programas e projetos. São projetos de continuidade e que temos vindo a manter ao longo deste período.

O programa Praia Protegida, que garante níveis de segurança nas nossas praias e que fornece segurança aos nossos munícipes e a quem nos visita, trezentos e sessenta e cinco dias por ano; a constituição da Equipa de Sapadores Florestais, que aquilo que faz durante determinado período, é prevenir que tudo o que é terreno municipal pode ser desmatado para prevenir o risco de incêndio na fase do DECIR – Dispositivo Especial de Combate a Incêndios Rurais, são dois projetos estruturantes e de continuidade e nomeadamente, também a existência e manutenção, porque é uma atitude pedagoga também, de simulacros nas nossas escolas, durante quatro meses fazemos simulacros em todas as nossas escolas, e esse trabalho foi também mantido durante esse período. E falo-vos apenas destes três projetos, que na área da prevenção são fundamentais.

Acresce que, Almada tem sido um referencial no âmbito daquilo que é a aprovação dos planos estratégicos de prevenção e nomeadamente, aprovamos recentemente, os Senhores Deputados e as Senhoras Deputadas Municipais, sabem porque é publico, o Plano Municipal de Emergência.

De dizer que, as equipas de Sapadores Florestais continuam a fazer um trabalho extraordinário no nosso Concelho.

Apelo agora, ao Atendimento Municipal. Está neste momento em curso a implementação do SIGA e o sistema de senhas nos nossos Espaços Cidadão, que permitirão naturalmente, um acesso mais confortável, mais regrado e também melhor aqueles que se socorrem dos Espaços Cidadão que como puderam ouvir pelo Relatório da 7.ª Comissão, têm vindo a melhorar e a manter o serviço de proximidade que é fundamental.

Falo agora também de outras áreas mais internalistas, mais de estrutura do trabalho da Câmara, a máquina que alimenta a Câmara Municipal, o contencioso e também o pré-contencioso e a fase da elaboração e aprovação das propostas.

Também ali no Departamento Jurídico, se faz muito trabalho não trazido à dimensão pública, não mediático, mas que é o cerne da sustentabilidade para o funcionamento da Câmara Municipal.

Falo também, no incremento das equipas e do trabalho fundamental multidisciplinar, que tem sido mantido relativamente ao trabalho da fiscalização. Estamos neste momento mais atentos aos territórios deprimidos e aos territórios que precisam de ser vigiados e nomeadamente, aquilo que constitui vigilância em ações multidisciplinares dos estabelecimentos comerciais.

E por fim, no âmbito deste mesmo Relatório, trazer à dimensão também, aquele que é um trabalho fundamental, realizado no âmbito da atividade municipal, que é o trabalho concretizado também, pelo Património e Compras. Virão os valores e os resultados ao vosso conhecimento do ano 2024, mas quero vos dar nota que só ao nível dos contratos, foram celebrados duzentos e vinte um contratos e geridos mais de novecentos procedimentos.”

7.3.1.4 – O Senhor Vereador Filipe Alexandre Pacheco (PS):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Começando pela área da Modernização Administrativa e o Senhor Vereador José Pedro Ribeiro já falou há pouco do trabalho que está a ser feito na área da digitalização de processos urbanísticos e também da parte do arquivo do urbanismo, mas eu destacaria na área da Modernização Administrativa aquilo que me parece que é um dos principais projetos, aliás, dos últimos anos e até décadas, que é a questão da Loja do Cidadão. Aliás, para alguém como eu que sempre viveu em Almada, e que há duas décadas que ouvimos falar na Loja do Cidadão, a verdade é que nós lançamos a empreitada da Loja do Cidadão, que agora está para ser fechada e em breve arrancará, contamos lançar a primeira pedra. Alias, neste momento estamos apenas à espera, já tendo o contrato de financiamento assinado, é um investimento que é alavancado com 1.200.000.00€ (um milhão e duzentos mil euros) de financiamento PRR, contamos assinar, estamos apenas à espera da Agência para a Modernização Administrativa para assinar o protocolo de instalação da Loja do Cidadão e, portanto, vamos ter a Loja do



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

Cidadão junto ao Mercado da Romeira, também numa zona que é cada vez mais uma nova centralidade no nosso Concelho.

Na área da habitação destacaria aquilo que é o processo de finalização de eliminação de mais um núcleo precário no nosso Concelho, neste caso das Terras da Costa, onde conseguimos realojar quarenta e sete famílias, centena e meia de pessoas, que muitas delas pela primeira vez tiveram a primeira resposta de habitação digna na sua vida. Portanto, estamos muito empenhados em cumprir a Estratégia Local de Habitação e em fazer este trabalho de realojamento de pessoas. Também temos para outro tipo de famílias, terminaria amanhã, mas resolvemos prolongar durante mais uma semana, aquilo que é o período de abertura de candidaturas para o apoio à renda. No fundo é um programa que o Município dirige a todos aqueles que devem continuar a conseguir estar no mercado a pagar uma renda, mas não conseguem pagar todo o valor e o Município pagará um valor até um máximo de 220.00€ (duzentos e vinte euros) de apoio à renda. É um complemento e é um programa muito importante.

Depois terminaria destacando na área do Desporto, aquilo que tem sido a concretização de uma das muitas ações que decorreu do Plano Estratégico do Desenvolvimento Desportivo que lançamos o ano passado, que é o Plano de Requalificação dos Polidesportivos de proximidade, o principal fator que as pessoas em Almada dizem para não praticar desporto ou qualquer atividade física, o fator tempo, agimos procurando ter equipamentos desportivos de proximidade e por isso estamos a requalificar toda a rede de polidesportivos de proximidade. Requalificamos o novo Polidesportivo da Escola Secundária Cacilhas-Tejo, estamos a terminar o das Barrocas, mais dois Polidesportivos também do Monte de Caparica e, portanto, isto é evidentemente complementado com apoios muito importantes que também estamos a dar aos clubes. Neste caso destacar aquilo que foi o apoio ao Sobredense para a requalificação da sua sede, e também o apoio ao Beira Mar para recolocação de um novo sintético que já o pedia e que achamos que vai dar toda uma nova vida à prática, neste caso do futebol e outras modalidades que aquele clube tem.”

7.3.1.5 – A Senhora Presidente da Câmara Municipal:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Eu vou ser muito breve nesta apresentação até para poder deixar tempo para os esclarecimentos, porque sei que as questões serão certamente muitas.

Da parte da Cultura, estamos a falar ainda da época natalícia, não vou estar aqui a relembrar aquilo que são as festas de Natal, o Feliz Almada que é sempre um sucesso e este ano não deixou de o ser.

Quero salientar a importância daquela que foi a exposição “Hip Hop Os Filhos do Meio”, que incluiu não apenas uma exposição, mas um filme e um livro e sobretudo todo um movimento no Museu da Cidade, mais do que apenas estarmos a fazer uma exposição, é um retomar e um reconhecimento de todo um movimento social que tanto deu a Almada e que é tão importante até para a boa convivência do nosso Concelho e da nossa comunidade e que tanto contribuiu para esta alma especial que Almada tem.

Não posso deixar naturalmente, de salientar aquela que também foi a inauguração do monumento a todos aqueles homens que partiram para a guerra, uma guerra que não desejaram, que não quiseram, mas que foram obrigados a enfrentar, com a inauguração na União de Freguesias de Laranjeiro e Feijó, da Estátua “O Guerreiro”, da autoria do grande Mestre João Cutileiro. Esta obra que João Cutileiro pensou justamente para homenagear os antigos combatentes da guerra colonial, mas sobretudo, que também representa a primeira obra de um dos maiores Mestres da nossa escultura nacional, aqui no território de Almada. Portanto, foi também um momento muito marcante, penso eu, para todos nós e de grande orgulho e agradeço a todos aqueles que estiveram presentes nessa cerimónia e que acompanharam esse momento.

No último minuto que me resta, é evidente que estes meses para mim também foram muito ocupados a tentar gerir e resolver a questão, as consequências da não aprovação do orçamento. E uma das minhas ocupações foi tentar uma segunda ronda e não posso deixar de partilhar aqui as reações que tivemos aos pedidos que fizemos.



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

Por parte do CHEGA, recebemos uma mensagem que dizia que não vinham conversar porque acham que não há diálogo suficiente. Portanto, como não há diálogo não querem vir conversar.

O Senhor Deputado do CDS-PP, escreveu que não estaria disponível para conversar connosco nos próximos meses. Portanto, ficamos logo resolvidos, não está disponível para falar nos próximos meses.

Por parte do Bloco de Esquerda, dizem que já tinham feita muitas propostas e que não precisavam de apresentar outra vez porque nós já sabíamos quais eram, também não têm novas propostas a apresentar.

Por parte da CDU, também consideram que enquanto oposição também não têm que ser eles a criarem uma priorização e, portanto, não também não o iam fazer.

Por parte do PSD, que é de facto o mais surpreendente, vimos uma publicação e uma carta a dizer “Não, é não, ou é tudo, ou não é nada”, como devem imaginar, para princípio de negociação é um bocadinho difícil. Ou é tudo ou não é nada, normalmente dá em nada, sobretudo quando o título é “Não, é não”.

Dito isto, nós, o Partido Socialista cá continuaremos a trabalhar, a lutar, a construir Almada e a ultrapassar todas as dificuldades que surgirem.”

7.3.2 – No debate usaram da palavra os/as Senhores/as Deputados/as Municipais José António Rocha (BE), Maria Rita Magalhães (CDU), Nuno Alexandre Mendes (CHEGA), João Carlos Antunes (PSD), António Pedro Maco (CDS-PP), Henrique Margarido Almeida (PS), Daniel Salgueiro Silva (PS), Marta Cortez Santos (PS), Ana Luísa Rodrigues (CDU), a Senhora Vereadora Maria Teodolinda Silveira (PS), e ainda a Senhora Presidente da Câmara Municipal.

7.3.2.1 – O Senhor Deputado Municipal José António Rocha (BE):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Ouvimos sempre com atenção e ficamos sempre surpreendidos com o que nos é dito.

Corrigir a Senhora Presidente da Câmara numa situação que, provavelmente foi distração, disse que não apresentamos propostas porque já tínhamos apresentado, apresentamo-las na última reunião ao abrigo do Estatuto do Direito à Oposição, portanto, não aceitamos essa afirmação.

Senhora Presidente, Loja do Cidadão, Innovation District, Zona Ribeirinha ou Cidade da Água, novas construções para especular e para ricos, e aqui estamos.

Aqui estamos, depois de sete longos anos de governação PS/PSD, a enfrentar a dura realidade de que as questões que tanto alertámos continuam sem solução.

Ao longo destes anos, fomos incansáveis em alertar para a necessidade urgente de construção de habitação pública e reabilitação do parque habitacional autárquico, e para os efeitos dramáticos do crescimento desregulado do alojamento local, que afeta diretamente quem reside efetivamente no nosso Concelho.

Alertámos também, para a necessidade de garantir condições de acessibilidade para pessoas com deficiência.

Agora, na reta final da vossa governação, estamos a falar dos mesmos problemas, que a senhora Presidente não conseguiu resolver.

Não cumpriu as promessas feitas aos Almadenses, e isso é inaceitável.

Relativamente ao parque habitacional municipal, é incompreensível que, após mais de sete anos de governação, grande parte dos edifícios municipais continuem em estado de degradação avançada.

São imóveis públicos, destinados à habitação, que foram completamente negligenciados, sem esforço significativo por parte do executivo liderado pela Senhora Presidente, para garantir condições adequadas de habitação para quem mais precisa.



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

Não podemos continuar a permitir que as promessas feitas pelo Partido Socialista, sobre construção de milhares de fogos de habitação pública e a reabilitação do edificado municipal, fiquem apenas no papel, sem ações concretas que beneficiem realmente a população.

Alertámos insistentemente para as consequências do crescimento desenfreado do alojamento local.

É um modelo que tem inflacionado os preços das rendas, alimentando os tubarões da especulação imobiliária, e gerando um processo de gentrificação nas zonas históricas, empobrecendo o tecido social e afastando as famílias que há muito chamam esta cidade de lar.

O que estamos a assistir é uma cidade moldada para os interesses financeiros de poucos, em detrimento do direito à habitação digna de muitos.

A necessidade de regularizar e controlar o alojamento local nunca foi tão urgente.

Só assim é possível garantir que a cidade seja, de facto, para quem nela vive e não apenas para quem nela investe.

Por outro lado, é incompreensível que ainda hoje encontremos ruas e edifícios sem as mínimas condições de acessibilidade.

A garantia de acessibilidade para pessoas com deficiência continua a ser um ponto crítico.

A nossa cidade deve ser inclusiva, onde todos os cidadãos, independentemente das suas limitações, possam participar plenamente na vida urbana.

Embora reconheçamos, e temos que reconhecê-lo, melhorias nos transportes públicos rodoviários com a implementação da Carris Metropolitana, (não vamos falar dos abrigos) muitos espaços públicos continuam a carecer de adaptações para garantir a mobilidade plena.

O direito à mobilidade é fundamental e é responsabilidade do Município garantir que ninguém seja deixado para trás, especialmente as pessoas com mobilidade reduzida.

Infelizmente, o atual executivo tem falhado repetidamente na implementação de medidas essenciais para melhorar a qualidade de vida no nosso Município.

A gestão de habitação continua a ser um problema gritante, com a falta de respostas concretas para a crescente necessidade de habitação acessível.

As promessas feitas ao longo de anos não se concretizam, e os munícipes esperam, sem sucesso, por soluções.

A gestão da recolha de lixo e a externalização de serviços beneficiam apenas alguns, sem trazer melhorias reais para a eficiência e qualidade dos serviços prestados.

E estes, são apenas alguns exemplos de uma administração que não cumpre o seu dever de cuidar da população.

A ineficiência e a falta de resposta são evidentes no dia a dia e tornam-se cada vez mais insustentáveis. A nossa cidade precisa de mudança, e essa mudança não pode ser adiada.

Precisamos de uma gestão que realmente se preocupe com as necessidades da população, que priorize a reabilitação do edificado municipal, que regule eficazmente o alojamento local, que garanta a inclusão plena de pessoas com deficiência e que dê uma resposta firme à crise habitacional que persiste há anos.

Almada não pode continuar a ser um reflexo de falhas administrativas e negligência.

Precisamos de ações concretas, de um plano de ação claro e, sobretudo, sobretudo Senhora Presidente Inês de Medeiros, de um compromisso sério com o bem-estar coletivo e a justiça social.

A população merece mais do que promessas vazias. Infelizmente, os senhores não cumpriram com a vossa responsabilidade. A mudança é urgente e o momento de agir é agora.



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

O Bloco de Esquerda estará aqui, como sempre esteve, em todas as lutas em defesa dos direitos e do bem-estar da população Almadense.”

7.3.2.2 – A Senhora Deputada Municipal Maria Rita Magalhães (CDU):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

A propósito da reunião com Direito à Oposição, a CDU esteve presente, reapresentou as propostas e o que no final dissemos é que, cabe à Câmara Municipal fazer o Orçamento, apresentar o programa, e que deveriam ser consideradas em nossas opiniões, as nossas propostas que fossem factíveis até setembro, uma vez que vamos ter eleições.

Agora falando na Informação da Senhora Presidente.

Na página número dois do documento, a Senhora Presidente informa que, com a Universidade Nova de Lisboa e que tratou das questões da habitação estudantil. Quais são as soluções?

Na página número treze, em termos da Segurança, Daúde e Bem-Estar no Trabalho, houve dezasseis acidentes em dezembro e vinte e quatro em janeiro. Que tipo de acidentes e medidas foram tomadas para diminuir estes números.

Na página quarenta e cinco, na alínea a), foram suspensos os trabalhos da E-REDES no troço entre a Praia da Riviera e Praça dos Navegantes, por falta de trabalhos de abertura de valas estarem definidos. Não entendemos esta suspensão dos trabalhos, trata-se de falta de programação?

Na página quarenta e oito, Divisão de Projetos em Habitação e Edifícios, requalificação do conjunto habitacional da Quinta de Santo António. Para quando o início destas obras?

Na página cinquenta, Divisão e Obras de Habitação e Edifícios, o processo setenta e três que tem novos fogos de habitação em Almada, para quando se prevê a entrega destes fogos?

Na página oitenta e um, Projeto Costas de Cão, Caparica, que é o acompanhamento da proposta de implementação de um equipamento de ensino na área da hotelaria, hotel, etc., do que é que se trata, a sua localização e entidade?

Na página cento e dezanove, o ponto 3.3, início do processo de retorno das famílias da Vala do 2.º Torrão, perguntamos: o que significa a verificação de ilegitimidade? Isto porque, estas famílias foram desalojadas da Vala do 2.º Torrão, foi-lhes prometido que regressariam ao Concelho de Almada.

A seguir temos: elaboração de dois projetos de exclusão de realojamento, quais as razões porque os agregados familiares recusaram as casas?”

7.3.2.3 – A Senhora Presidente da Câmara Municipal:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Relativamente ao Senhor Deputado Municipal José Rocha, como já aqui foi dito, houve o primeiro concurso da Loja do Cidadão que ficou vazio, em princípio este já tem candidatos.

Relativamente ao Innovation District, Senhor Deputado Municipal, terá que vir comigo visitar, porque não sei se reparou, alguns projetos do Innovation District, até já começaram, já estão no terreno. Portanto, é uma realidade.

Cidade da Água e Frente Ribeirinha, eu posso voltar a repetir, não depende da Câmara Municipal, se dependesse garanto-lhe que não estaria no estado em que estão.

Relativamente à habitação pública, se quer que eu lhe dê muito rapidamente um exemplo, a Febo Moniz, há quantos anos a Febo Moniz estava abandonado e emparedado? Está neste momento a finalizar as obras.



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

Já para não falar das inúmeras intervenções que fizemos da requalificação, trezentas e quarenta e três intervenções de reabilitação em edifícios municipais para habitação. Mas continuam a dizer que não fizemos nada.

Já para não falar em quase quatro dezenas de casas que adquirimos para realojar pessoas. E de facto, também na questão dos primeiros novos fogos estão previstos a terminar a obra e aqui já respondendo à Senhora Deputada Municipal Maria Rita Magalhães, em abril.

Relativamente a Santo António, ainda aguardamos o projeto do arquiteto, é uma obra muitíssimo complexa como sabe.

Relativamente aos cento e quarenta fogos da Costa da Caparica, adoráramos ter resposta do IHRU, porque neste momento como sabe, há muito tempo está tudo suspenso relativamente a uma série de candidaturas que foram aceites e que não tiveram resposta.

Relativamente ao alojamento local. Senhor Deputado Municipal José Rocha, é bom que o Bloco de Esquerda deixe de ter sempre o mesmo discurso todos os anos e repetir as mesmas coisas. Nós fizemos um estudo, não há um problema em Almada de alojamento local. Já para não falar, que novos alojamentos locais estiveram suspensos por decisão do Governo do Partido Socialista, e que agora de facto, foram reabertos, mas conforme demonstra o estudo que fizemos, em concreto, até à data, o alojamento local em Almada, não está a prejudicar em nada, as questões de habitação e nós estamos atentos justamente, a essa questão.

Terei todo o gosto em dar-lhe os quilómetros de passeios criados e os quilómetros de passeios rebaixados para justamente melhorar as acessibilidades no nosso Concelho. E garanto-lhe que as pessoas com deficiência motora ou em cadeira de rodas também o reconhecem. Já para não falar dos quilómetros de vias onde as pessoas não podiam passar em cadeira de rodas e agora podem.

Ainda há muito para fazer nas acessibilidades, não tenho dúvidas sobre isso, mas não Senhor Deputado, não vale a pena estar a dizer que não fizemos nada, vá para o terreno. Agora, pergunto eu, onde é que andou o Senhor Deputado para fazer essa declaração?"

7.3.2.4 – O Senhor Deputado Municipal Nuno Alexandre Mendes (CHEGA):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Senhora Presidente da Câmara, relativamente ao Direito de Oposição, quando é intransigente relativamente à descida dos impostos dos almadenses, à baixa do IMI, a uma devolução superior do retido de IRS aos almadenses, então, efetivamente, não há nada para discutir neste Orçamento.

Enquanto os almadenses forem usados como moeda de troca e principal fonte de financiamento deste executivo, efetivamente, o CHEGA não tem nada para discutir consigo, porque nós defendemos a população.

Relativamente à forma como continua a responder, fazemos uma sugestão: se perder menos tempo a destilar ódio contra o Partido CHEGA, e arranjar soluções para este Município, se calhar não tinha de arranjar sempre as mesmas desculpas em todas as sessões de apreciação do trabalho camarário e podia apresentar algumas soluções eficazes para o nosso Concelho.

Senhora Presidente, detetamos algumas situações com base nos documentos apresentados, temos algumas dúvidas.

Os almadenses já enfrentam tarifas elevadas na fatura da água, mas continuam a ser penalizados por uma gestão ineficaz que permite a existência de dezenas de situações irregulares, que não são resolvidas. Só nos últimos dois meses, foram detetadas dez ligações diretas à rede – puxadas ilegais onde a água é consumida sem qualquer pagamento e setenta contadores sem contrato. Ou seja, consumos que não estão sequer registados num contrato válido.

Apesar da identificação destes casos, nenhuma ligação direta foi resolvida, segundo o Relatório do próprio SMAS. Nenhuma! Como é possível que estas infrações continuem sem ação concreta, enquanto os cidadãos



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

cumpridores pagam a fatura todos os meses? Quem paga pela água que está a ser consumida de forma irregular? Serão os almadenses a financiar o desperdício e a inação do SMAS?

O Município tem o dever de garantir uma gestão rigorosa, transparente e justa dos recursos hídricos. Permitir que estas situações se arrastem sem solução é, no mínimo, um desrespeito por quem cumpre as regras. Almada merece melhor.

Senhora Presidente, gostava ainda de abordar duas questões urgentes que afetam a Freguesia da Trafaria e que exigem alguma intervenção.

A primeira diz respeito à Avenida Bulhão Pato, os passeios desta Avenida encontram-se num estado degradado e praticamente intransitáveis, as árvores de grande porte ocupam toda a largura dos passeios, obrigando peões incluindo pessoas com mobilidade reduzida e pais com carrinhos de bebés a circular pela estrada. Esta situação representa um risco evidente para a segurança. Pergunto, se está previsto alguma reabilitação urgente desta via? Existe um levantamento das espécies arbóreas e um plano para a sua manutenção? Que medidas serão tomadas para assegurar a acessibilidade e a segurança dos peões?

A segunda questão refere-se à Rua 5 de Outubro, especialmente na zona do Largo da República. Esta é uma via com elevado tráfego automóvel e pedonal, mas os passeios são estreitos e a desorganização do estacionamento compromete tanto a circulação de veículos como a segurança dos peões. Seria essencial requalificar a zona, reorganizando o estacionamento junto ao Largo da República para ser exclusivamente destinado a cargas e descargas e alargando os passeios para melhorar a mobilidade.

A Câmara Municipal tem um projeto para esta requalificação? Foi realizado algum estudo sobre o impacto do estacionamento nesta rua?

Os comerciantes e moradores foram consultados para garantir que estas mudanças não prejudicam a atividade económica local? Para quando está prevista esta intervenção e qual a prioridade dada a esta zona para requalificação urbana?

A Trafaria precisa de respostas e de soluções concretas. Agradecemos esclarecimentos da Câmara Municipal.

Senhora Presidente, na última Sessão sobre o Estado do Município, trouxemos a esta Assembleia Municipal um conjunto de problemas graves nas escolas do nosso Concelho. Desde infiltrações e isolamento deficiente na Escola Básica da Alembração, à falta de refeitório na Escola Primária N.º 2 do Feijó, passando pelas dificuldades de transporte das crianças da EB/JI do Alfeite, condições indignas da Escola Básica da Trafaria, e ainda ontem falamos sobre o problema do refeitório da Escola da Caparica.

Queremos saber o que foi feito desde então, passaram sete meses, houve alguma intervenção concreta? Tem algum plano definido? Alguma resposta para as comunidades escolares afetadas?

Não basta reconhecer os problemas, é preciso resolvê-los. Famílias e professores continuam à espera de ações concretas, mas até agora nada foi anunciado publicamente. O executivo tem um calendário para as intervenções? Há garantias de financiamento para estas obras ou continuaremos a assistir a desculpas e adiamentos?

As escolas do Concelho não podem ser tratadas como um problema secundário. O tempo das promessas já passou, passaram sete anos, agora exigimos respostas e soluções."

7.3.2.5 – O Senhor Deputado Municipal João Carlos Antunes (PSD):

"Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Quando pesquisamos pela palavra "Penajóia" no documento da atividade municipal, sabem quantas vezes aparece registado? Zero! Zero vezes. Centenas de pessoas, em pleno século XXI, vivem em barracas na nossa terra. A atenção merecida por parte da Câmara Municipal é isto: zero.

Nos últimos anos, o bairro cresceu de forma desordenada. O Município e os seus órgãos assistiram impávida e serenamente ao eclodir de construções clandestinas, que aumentam de dia para dia. Imagine-se o efeito



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

perverso de, no próximo ciclo eleitoral autárquico, abordar a população da Penajóia com a promessa de novas casas quando, na verdade, a Câmara Municipal de Almada, teve a oportunidade de estancar o problema.

Cortou-se a água, faltou a luz e este bairro expôs a verdadeira face do desleixo do executivo Partido Socialista: famílias abandonadas, numa altura crítica do ano, sem respostas nem assistência.

O PSD está profundamente envolvido no caso do Bairro do Penajóia, com a situação das pessoas que ali moram e preocupado com as dificuldades que a Câmara Municipal de Almada tem constantemente referido no diálogo com o Instituto de Habitação e Reabilitação Urbana, dono dos terrenos onde estão essas casas.

A Senhora Presidente da Câmara, quando questionada sobre o Penajóia, referiu por diversas vezes, inclusive na Assembleia Municipal, a demora ou ausência de resposta e ação do IHRU.

Nesse sentido, pedimos aos Deputados à Assembleia da República, eleitos pelo PPD/PSD pelo círculo de Setúbal, para interceder junto do IHRU, para obter mais informações e, sobretudo, para sensibilizar para a urgência e gravidade deste problema.

Uma reunião foi pedida pelos Deputados nos primeiros dias de fevereiro e ocorreu no dia 13 de fevereiro de 2025, quinta-feira. Estas foram as informações recolhidas:

A nova direção do IHRU, que tomou posse dia 29 de setembro de 2024 e no dia 3 outubro, pediram uma reunião com a Câmara Municipal de Almada, para conversarem sobre projetos no Concelho, e sobretudo, para discutir o caso do Bairro da Penajóia. O objetivo era, acima de tudo, juntar esforços, admitindo que a Câmara Municipal queria envolver-se no processo.

A Senhora Presidente da Câmara, embora preocupada com a precariedade da vida dos moradores, apresentou sempre uma postura defensiva, recusando responsabilidades e atribuindo integralmente a responsabilidade para o IHRU.

Nós não estávamos nesta reunião, mas considerando a inação e distanciamento da Câmara Municipal face ao problema do Penajóia e o exemplo que já nos trouxe com outros problemas no Concelho, não é difícil acreditar que a reunião tenha decorrido desta forma.

Apesar de estar localizado em terrenos do Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana, é à Câmara Municipal que cabe a responsabilidade de fiscalizar, coordenar e intervir. No entanto, esta assiste de forma passiva à expansão descontrolada de Penajóia, permitindo que o bairro se transforme num exemplo de exclusão social e falta de dignidade humana, atirando culpa e responsabilidade para o proprietário do terreno, sendo que a mudança de gestão após a tomada de posse do Governo atual, só ocorreu no final do verão de 2024 (até aí estavam lá pessoas nomeadas durante os sucessivos Governos do Partido Socialista). O IHRU era presidido por António Gil Leitão, ex-chefe de gabinete da então Ministra Marina Gonçalves.

Agora, vamos falar do que não está na Atividade Municipal e que devia estar:

Ações de contenção de novas construções.

É uma das principais preocupações do IHRU. Até ao dia de hoje, houve demolições em duas fases, num total de cinquenta habitações ainda em construção ou já construídas e por ocupar.

Acompanhamento dos moradores.

Primeiro, o IHRU quer identificar e caracterizar agregados familiares com o apoio de outras identidades, nomeadamente recorrendo a centros de investigação da área social, para que as pessoas possam ser encaminhadas para soluções de renda acessível ou outros programas do IHRU que possam existir, como o Porta 65.

Garantem ainda que não vão avançar com demolições de casas ocupadas, sem que a família que lá habita tenha uma solução habitacional em programas existentes. Assim, só quando têm uma solução é que existe demolição, para que essa casa não seja novamente ocupada. Afirmam que este plano de identificação ficará pronto dentro de alguns meses.



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

É pena que tenha de ser a Assembleia Municipal de Almada, através dos seus eleitos, a ter de prestar esta informação da Atividade Municipal.”

7.3.2.6 – A Senhora Presidente da Câmara Municipal:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Relativamente ao Senhor Deputado Municipal do CHEGA, eu acho absolutamente extraordinário, o início da intervenção, quando falam do IMI e que nós estamos a explorar os almadenses, e omitindo mais uma vez que foi esta Assembleia Municipal, foi o Partido CHEGA, aliás, como todos os outros à exceção do PS, que votaram o fim do IMI familiar que representava uma poupança até 140.00€ (cento e quarenta euros) por família. Portanto, Senhor Deputado Municipal, quando o CHEGA quiser ser um Partido sério e de facto dizer a verdade, então comece por pedir desculpa, que é uma forma que os senhores muito gostam, aos almadenses, aos almadenses que beneficiavam do IMI familiar e que o Senhor Deputado Municipal, juntamente com o PSD, e juntamente com o CDS-PP, acabaram por chumbar e retirar este ano. Justifiquem aos almadenses, que estão tão preocupados com o IMI e que acabaram com o IMI familiar que nós tínhamos introduzido desde do início da nossa vigência.

Portanto, estamos conversados com a preocupação e a veracidade e o rigor das preocupações com o CHEGA. E sim, que fique registado, irei sempre, sempre combater o CHEGA em todas as ocasiões, pode contar comigo para isso.

Relativamente à intervenção do PSD, eu só vou repetir as palavras do Senhor Ministro das Infraestruturas e Habitação, a quem aliás, deixe-me dizer, eu devo cumprimentar pela clareza e pela honestidade intelectual. E sabe o que ele diz no Parlamento? “Não há desculpa, já chegamos há dez meses, há dez meses que controlamos o IHRU”. Sabe quando é que aumentaram o número de casas em Penajoia desde que o PSD é Governo? 1000%. Passamos de cinquenta pessoas a seiscentas pessoas, vá ver a intervenção do Senhor Ministro, do seu Governo e depois venha para aqui falar das obrigações da Câmara Municipal. Porque a Câmara Municipal não foge às suas obrigações, mas não aceita é que o Governo fuja às suas. O seu Ministro, do seu Governo, não foge, mas pelos vistos, o PSD de Almada não sabe sequer o que é ter responsabilidades governativas. Este novo PSD de Almada, deixem-me esclarecer, que também votou contra o IMI familiar e que acabou também com ele, aqui, para as famílias almadenses.”

7.3.2.7 – O Senhor Deputado Municipal Nuno Alexandre Mendes (CHEGA):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

A Senhora Presidente efetivamente tem a memória curta e temos muita pena que as sessões do Direito à Oposição não sejam gravadas. Porque efetivamente, o CHEGA na primeira sessão do Direito à Oposição, disse que defendia o IMI a partir do primeiro filho, não é nos moldes em que estava agora. Infelizmente, o CHEGA não tem ainda um Vereador e não pôde apresentar essa proposta em reunião de Câmara, o que os outros partidos fizeram ou deixaram de fazer e se votaram e não apresentaram soluções, é da responsabilidade de cada um deles. O CHEGA não teve forma de apresentar a proposta. Esta Assembleia Municipal, não tem poder para apresentar a proposta de alteração do IMI, não é possível, legalmente não é possível, senão teríamos feito. Se tivéssemos Vereador, e quando tivermos iremos nos locais próprios apresentar as propostas, não o podemos fazer, apresentarmos no Direito à Oposição e a sua resposta foi a que vimos hoje. Mais nada a dizer senhora Presidente.”

7.3.2.8 – O Senhor Deputado Municipal António Pedro Maco (CDS-PP):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Senhora Presidente, eu penso que esta intervenção do Senhor Deputado Municipal Nuno Mendes do CHEGA, já diz aquilo que é a realidade e que eu corroboro.

A Senhora Presidente, quando tomou posse, disse que o IMI familiar era progressivo. Ou seja, nesta altura e está no final do seu mandato, já devia ser a partir do primeiro filho, Senhora Presidente. Portanto, escusa de vir aqui



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

tentar mostrar aos almadenses que tem feito muito pelos almadenses, nomeadamente, o IMI familiar, mas falhou com a sua promessa, e a proposta do CDS-PP de há anos para cá, é que a partir do primeiro filho, que é o grosso modo das famílias em Almada, possam desde já ter o desconto, e a Senhora Presidente não implementa esse mesmo desconto. Portanto só a partir do terceiro filho.

Ficamos também satisfeitos que, neste caso, favorece as famílias numerosas, bem-vinda aqui também àquelas que têm sido as propostas do CDS-PP, mas de grosso modo as famílias em Almada têm um filho e era aí devia começar.

Depois, referiu na intervenção anterior que o CDS-PP disse que durante os próximos meses não tinha espaço, não tinha agenda para se sentar à mesa com a Senhora Presidente no Estatuto da Oposição. Não é só este ano, e mais uma vez volto a dizer aquilo que lhe disse há pouco, eu não me sento à mesa com a Senhora Presidente no Estatuto da Oposição, porque não confio na Senhora Presidente, e entendo que não tem categoria, nem capacidade para ser Presidente da Câmara Municipal de Almada. Portanto, eu não confio nos seus orçamentos e não confio na Senhora. Este é ponto assente.

Depois, gostaria de perguntar relativamente à saída da GNR do Castelo para que possamos libertar o Castelo para a população. Em que situação é que se encontra este processo? Gostaria também que pudesse fazer um ponto da situação relativa à Polícia Municipal.”

7.3.2.9 – Usou da palavra a Senhora Presidente da Câmara Municipal em Defesa da Honra, nos termos do n.º 1 do artigo 55.º, do Regimento da Assembleia Municipal.

7.3.2.9.1 – A Senhora Presidente da Câmara Municipal:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

O Senhor Deputado Municipal do CDS-PP, António Pedro Maco, que justifique o que é que entende por eu não ter categoria. Exemplifique, por como sabe isso é um insulto. Portanto, nem da sua parte, nem de ninguém aceito insultos. O que eu espero da sua parte é que se retrate e um pedido de desculpa.”

7.3.2.10 – Usou da palavra o Senhor Deputado Municipal António Pedro Maco (CDS-PP) em Defesa da Honra, nos termos do n.º 2 do artigo 55.º do Regimento da Assembleia Municipal.

7.3.2.10.1 – O Senhor Deputado Municipal António Pedro Maco (CDS-PP):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Senhor Presidente, eu gostaria que o Senhor Presidente pudesse verificar no dicionário da língua portuguesa o que é que quer dizer “categoria”. Mas eu digo-lhe aqui Senhora Presidente olhos nos olhos, eu entendo que a Senhora Presidente não tem capacidade para gerir esta Autarquia. Portanto, eu não posso dizer de outra forma. E quando não tem categoria é exatamente isso, não tem capacidade para gerir esta Autarquia, Senhora Presidente. O que é que quer que eu lhe diga? Fica constrangida com esta mesma situação, mas eu digo olhos nos olhos, não tem. Peço desculpa, mas não tem. Teve toda a oportunidade para neste momento ter orçamento e para ter efetivamente, um bom projeto para Almada. A Senhora Presidente não aproveitou.”

7.3.2.11 – O Senhor Deputado Municipal Henrique Margarido Almeida (PS):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Relativamente à Atividade Municipal que está em análise, vou apenas reforçar alguns dos aspetos que nos parecem mais fortes e mais importantes para os almadenses.

No âmbito da Delegação de Competências da área social, salientamos e reforçamos, a informação dada pela Senhora Vereadora Teodolinda Silveira.

Renovação dos protocolos com quatro instituições sociais, que permitiu um novo paradigma nos apoios sociais, isto é, todos os apoios são centralizados num local e através de um Gestor de Caso. E permite a intervenção em



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

toda a área do Concelho, maior proximidade a quem precisa, também um apoio de primeira linha com maior proximidade.

No âmbito de outros projetos em que se pretende uma intervenção nos problemas sociais do Concelho, há a destacar:

O programa Radar Social, destacamos a rede de apoio a idosas vítimas de violência, é um projeto que ainda está no início, enquanto projeto piloto integrado nos Conselhos Locais de Ação Social (CLAS) da rede social da Câmara Municipal, pretende minimizar este problema presente na nossa sociedade.

Protocolo de mediação intercultural com a Associação Lifeshaker e Escola Miradouro de Alfazina que promove a integração das Comunidades Ciganas.

As verbas atribuídas e gastas nestes projetos são investimentos, nas pessoas em Almada, nos munícipes e em toda a sociedade. É um exemplo que se deve aplaudir e salientar.”

7.3.2.12 – O Senhor Deputado Municipal João Carlos Antunes (PSD):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Só duas notas telegráficas.

Relativamente à questão de Penajoia, acho que temos que ser minimamente coerentes. Das duas uma, ou a Autarquia entende que não tem nada a dizer relativamente a Penajoia, tal como não consta na Atividade Municipal, espero bem que daqui uns tempos não venham aqui acenar e a prometer chaves de casas, só porque dá jeito. Este é o primeiro ponto.

Segundo ponto. Relativamente ao PSD, não se preocupe a Senhora Presidente, porque o PSD tem os seus órgãos e sabe organizar-se entre si, nós não nos imiscuímos na vida dos outros partidos e também não esperamos que o façam também relativamente a nós. Agora, só estranho que faça esse reparo, devia estar à espera que nós levássemos sistematicamente o PS ao colo ou o executivo ao colo. Só assim consigo perceber a intervenção relativamente ao PSD e ao facto do PSD ser diferente. Não, o PSD está cá e estará.”

7.3.2.13 – O Senhor Deputado Municipal Daniel Teixeira Silva (PS):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

A Atividade Municipal em análise, foi sem dúvida profícua e marcada por avanços significativos em diversas áreas.

Quero aqui destacar um setor que considero fundamental para o desenvolvimento da nossa comunidade, a Cultura.

No que concerne à atividade cultural, há um facto que merece ser sublinhado com toda a clareza. O investimento histórico que trouxe para o Laranjeiro, a primeira obra do Mestre Cutileiro no Concelho de Almada. E sublinho, um investimento histórico, histórico porque pela primeira vez, o nosso território acolhe a obra de um dos mais prestigiados escultores portugueses. Histórico porque esta iniciativa homenageia de forma justa e necessária, todos os combatentes da guerra colonial, reconhecendo o papel da Forças Armadas e de todos aqueles que deram e continuam a dar, a sua vida na luta contra a injustiça e em defesa da liberdade.

Mas cultura não se esgota aqui. O Laranjeiro, está cada vez mais a afirmar-se como um polo cultural, dinâmico e vibrante.

Ora vejamos. A celebração do protocolo com a icónica Banda Almadense Da Weasel, que prosseguirá os seus ensaios no Centro Cultural e Juvenil de Santo Amaro na Casa Amarela, é realmente um momento marcante.

Esta ação não é apenas simbólica, tem mesmo um grande impacto. Vejamos, significa um contacto direto com a comunidade jovem, significa mais dinamismo, mais cultura e mais Almada.

E é este o caminho que devemos continuar a trilhar.



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

Na Cultura também, a Casa do Cais, o Web criativo da Trafaria será mais um espaço essencial, um verdadeiro ponto de encontro tanto para artistas, mas também um laboratório de ideias e de intercambio cultural entre criadores locais, nacionais e internacionais.

A requalificação urbana dá assim lugar a mais e melhor cultura, a mais melhor criatividade e a mais e melhor inovação.

Destaco também a relevante exposição “Filhos do Meio - Hip Hop à Margem”, que trouxe o Hip Hop para o Museu da Cidade de Almada, não como um mestil musical, mas sim, aquilo que é algo que está também enraizado nas gentes de Almada.

E esta exposição trouxe bastante cor, luz e partilha e não é apenas essa celebração do Hip Hop, contribuiu também para a força cultural do Concelho de Almada.

Mas há de facto, desafios. Desafios que não podemos ignorar de todo.

A gestão municipal exige um esforço continuo, ainda para mais, num momento complexo em que enfrentamos barreiras impostas pelo chumbo irresponsável do Orçamento Municipal de 2025. Um bloqueio que pode comprometer a agilidade dos processos e prejudicar investimentos essenciais para a população. Por isso, é urgente obter os devidos esclarecimentos sobre o ponto de situação de dois projetos fundamentais para a qualidade de vida das populações.

Os Centros de Saúde do Feijó e do Centro de Saúde também da Costa da Caparica, que estão enquadrados no investimento do PRR e neste quadro, estes projetos são de facto determinantes para garantir um acesso digno e eficaz aos cuidados de saúde e não podemos ficar reféns de bloqueios ou hesitações. Por estes motivos questiono o executivo da Câmara Municipal de Almada, sobre o ponto de situação destes importantes investimentos.

Caros eleitos, almadenses, a Cultura, a Saúde e a Juventude, são prioridades que não podem ser adiadas. Almada precisa de avançar, Almada precisa de ação, Almada precisa de compromisso com estes investimentos.”

7.3.2.14 – O Senhor Deputado Municipal José António Rocha (BE):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Apenas para um pequeno esclarecimento, porque para nós é importante que tudo fique devidamente esclarecido, relativamente à afirmação proferida pela Senhora Presidente da Câmara numa das suas intervenções.

Quando afirma que o Bloco de Esquerda nem sequer apresenta propostas porque já tinha apresentado. A Senhora Presidente sabe tão bem como os Senhores Vereadores e as Senhoras Vereadoras aqui presentes sabem, porque estiveram connosco na reunião do dia 24 ou 25 de janeiro, na reunião ao abrigo do Estatuto do Direito de Oposição, e o Bloco de Esquerda esteve presente com três elementos um dos quais um era eu, e apresentamos apenas e só, doze propostas, veja bem Senhora Presidente, temos muitas proposta que fomos apresentando ao longo destes sete anos e levamos apenas duas porque sabíamos perfeitamente da dificuldade que a Senhora Presidente tem em aceitar qualquer proposta do Bloco de Esquerda.

Portanto, é importante que isto fique devidamente esclarecido.

Em janeiro estivemos numa reunião ao abrigo do Estatuto do Direito de Oposição, levamos doze propostas ao executivo, que tenho aqui, se quiser eu leio-as e Senhora Presidente pode dizer se quer incorpora-las no orçamento ou não, pode dizer isso publicamente, porque isso seria também importante, uma vez as ter recusado todas. Portanto, é extramente importante que isto fique devidamente esclarecido.

A Senhora Presidente disse aqui uma inverdade. Ou seja, é um termo mais elegante, para não dizer mentira, mas é uma inverdade. Portanto nós queremos que isto fique esclarecido. Doze propostas, a Senhora Presidente mais uma vez não as aceitou como nunca aceitou uma proposta nossa e isso é a realidade e é isso que a Senhora Presidente tem que dizer aqui.”



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

7.3.2.15 – A Senhora Deputada Municipal Marta Cortez Santos (PS):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Falar da Atividade Municipal sem mencionar o chumbo do Orçamento Municipal para 2025, é ignorar um entrave sério ao desenvolvimento do nosso concelho. É fácil vir a esta Assembleia Municipal criticar o que ainda falta fazer em Almada, mas sem um orçamento aprovado, torna-se impossível de concretizar qualquer projeto ou solução, para as necessidades por acautelar.

O início deste ano ficou marcado pela intransigência dos partidos da oposição, alguns dos quais nem sequer se dignaram a participar na segunda ronda de negociações do orçamento. Os restantes continuam a não demonstrar abertura séria, para seja possível alcançar um compromisso razoável. Esta absoluta irresponsabilidade política, compromete avanços essenciais projetados e impacta diretamente a utilização de fundos comunitários como o PRR, dos quais Almada muito beneficiaria.

Perante uma oposição que não só rejeitou o orçamento, como se recusa a trabalhar seriamente, numa solução alternativa, são sacrificados os interesses da população por um mero jogo ambições políticas, em pleno ano de eleições, como sabemos. Estes comportamentos e atitudes intransigentes, são a demonstração de que não há nos partidos da oposição em Almada, um esforço de colaboração construtiva em prole das melhores soluções para o nosso Concelho. Não basta afirmar que se quer o melhor para Almada, é preciso demonstrá-lo, é preciso trabalhar numa solução que salvaguarde as necessidades dos almadenses, os projetos para 2025 e a possibilidade de benefício do PRR em tantas áreas de intervenção.

Mas não se preocupem, porque os almadenses não se vão esquecer quem é colocou os interesses partidários acima das necessidades reais da população.

Ainda assim, este executivo não ficou inerte, tem feito o possível ao seu alcance, e gostaria de destacar alguns desenvolvimentos destes últimos meses relativos à Habitação e à Mobilidade.

Ao nível da Habitação, salientar que a conclusão do realojamento das Terras da Costa, a eliminação deste núcleo precário, que permitiu o acesso a uma habitação condigna às quarenta e sete famílias realojadas.

Existem também, neste momento, noventa e cinco fogos habitacionais a custos controlados em construção, distribuídos por quatro lotes distintos.

Referir, a importante reabilitação total do edifício da rua Febo Moniz, no Laranjeiro, prevendo-se a conclusão das obras até abril deste mesmo ano, e a aquisição ainda de quarenta e nove fogos para arrendamento apoiado.

E, por fim, lembrar ainda o Apoio ao Arrendamento, um programa de apoio financeiro instituído por este executivo com requisitos de candidatura simples e que se aplicam a uma parte significativa da população que arrenda casa em Almada e que não seja proprietária de um imóvel para fins habitacionais. Este programa encontra-se ainda em fase de candidaturas, apoiará no mínimo cinquenta famílias e tem um valor mensal mínimo de apoio de 65.00€ (sessenta e cinco euros) e máximo de 220.00€ (duzentos e vinte euros). Faço um apelo aos almadenses que nos assistem aqui ou em casa, que vão ao site da Câmara Municipal de Almada para conhecerem este apoio, do qual possivelmente podem beneficiar, e cujas candidaturas estão prestes a terminar, terminam no dia 15 de fevereiro.

Como é possível dizer que nada é feito, quando vemos um leque de respostas ao problema da habitação. Uma aposta na construção, na reabilitação, na aquisição, e ainda nos apoios financeiros. Este leque diversificado está à vista de todos.

E Já que estamos no tópico da habitação, duas notas quanto aos fundos comunitários:

Por um lado, salutar que Almada já tenha, neste momento, quarenta e seis candidaturas submetidas aos Fundos Comunitários nesta área. Das quais, dezoito possuem já um investimento assegurado de 17.000.000.00€ (dezassete milhões de euros).



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

Por outro, lamentar o corte do financiamento previsto para a habitação acessível do PRR, um pedido submetido pelo Governo do PSD à Comissão Europeia no início deste mês, que prevê uma redução destes fundos direcionados à habitação em 391.300.000.00€ (trezentos e noventa e um milhões e trezentos mil euros).

Passando agora ao eixo da Mobilidade, há dois breves aspetos importantes da atualidade municipal que gostaria de destacar.

O primeiro é a proatividade que existiu no acompanhamento em proximidade dos problemas do serviço ferroviário da Fertagus, que afeta diariamente milhares de almadenses. Este executivo tem pugnado por uma solução urgente das deficiências do serviço, nomeadamente, através da reavaliação do número de carruagens em circulação.

O segundo aspeto e mais importante, é relativo à expansão do metro em Almada. Terminaram os primeiros estudos e foi feito o traçado base da extensão da linha 3 do Metro Sul do Tejo (MST) até à Costa da Caparica e, finalmente, também até à Trafaria. Inicia-se agora, uma primeira fase de participação pública, com o objetivo dar a conhecer a proposta de extensão do metro e de recolher dúvidas, inquietações e contributos dos munícipes. Nesta fase, os cidadãos podem intervir através do site da Câmara Municipal de Almada, e apelamos a que o façam, mas podem fazê-lo também presencialmente, numa das sessões de participação pública e diálogo que ocorrerão na Trafaria e na Costa da Caparica.

A construção programática desta fase de participação, que não era legalmente exigida, é apenas mais uma demonstração do compromisso deste executivo com o envolvimento ativo da comunidade na evolução do Município.

E com isto termino, porque já o disse aqui nesta Assembleia Municipal e reforço-o hoje, não é possível responder às necessidades da população de forma eficiente e eficaz, se não existir um esforço de colaboração ativa, um esforço contínuo, exigente e produtivo, que tem de envolver, não só o executivo, mas também todos os representantes eleitos nas suas diversas funções, como os Deputados Municipais e quem os elegeu, os almadenses.

Nunca se esqueçam: Almada e os almadenses são e devem ser sempre o fundamento e a finalidade da nossa atuação.”

7.3.2.16 – A Senhora Deputada Municipal Maria Rita Magalhães (CDU):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Até ao ano de 2024, esta Câmara Municipal teve sempre o programa e o orçamento aprovados porque tinha uma coligação com o PSD. Este ano tal não aconteceu. Portanto, não podem responsabilizar a Oposição por não haver orçamento. Porque de facto, por exemplo, a CDU sempre votou contra e, portanto, não mudou. Para além de que, para que se possa encontrar um orçamento, nós temos que negociar e negociar, pressupõe-se cedências de duas partes. Pela nossa parte, até durante estes sete anos, poucas foram as nossas propostas que a Câmara Municipal acolheu ou que a Senhora Presidente acolheu, nos orçamentos e no plano que tem apresentado.

Portanto, volto a referir, para além do tudo mais, podem trabalhar. Aliás, na reunião que tivemos com a Senhora Presidente e com toda a Vereação, os próprios reconheceram que de facto, a não existência de estar aprovado um orçamento, que podem continuar a trabalhar, assim o queiram fazer.”

7.3.2.17 – O Senhor Deputado Municipal António Pedro Maco (CDS-PP):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Senhor Presidente, eu vou furar aqui um pouco o protocolo, mas visto que a Assembleia Municipal é o órgão fiscalizador do trabalho da Câmara Municipal, assim diz a Lei, e como o trabalho das Comissões tem sido bastante profícuo, pelo menos a maior parte delas, mas relativamente à 5.ª Comissão, que tem vindo a trabalhar imenso, tem sido bastante produtivo, aliás, como todos os Grupos Municipais, se me permite e se a Senhora Presidente da Comissão também permitir, mas eu neste caso enquanto membro efetivo da Comissão e visto que já há largos meses que não há resposta por parte da Câmara Municipal, nomeadamente, por parte da



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

Senhora Vereadora Teodolinda Silveira, para ir à Comissão e o endereçar também de documentação que foi solicitada.

Portanto, eu gostaria enquanto membro efetivo desta Comissão, de questionar diretamente aqui a Senhora Vereadora Teodolinda Silveira, quais as razões desse pedido já ter sido feito há largos meses, e ainda não haver resposta e de documentação que foi solicitada por esta mesma Comissão não ter chegado ainda à mesma.”

7.3.2.18 – A Senhora Vereadora Maria Teodolinda Silveira (PS):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Senhor Deputado Municipal, a única coisa que lhe posso dizer é que vou procurar por eles. Porque eu sempre que tenho pedidos da Comissão, o relato das Comissões aqui foi visível sobre isso, reuni com a 3.ª Comissão, reuni com a 5.ª Comissão, reunião com a 2.ª Comissão. Garanto-lhe que marco já a reunião, não tenho problema nenhum nisso.”

7.3.2.19 – A Senhora Deputada Municipal Ana Luisa Rodrigues (CDU):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Apenas para esclarecer na sequência da intervenção do Senhor Deputado Municipal António Pedro Maco, que houve um pedido de relatório da avaliação do primeiro ano da transferência de competências da Ação Social em 2 de maio e depois houve mais duas insistências, uma em setembro e agora novamente outra em 16 de janeiro.”

7.3.2.20 – A Senhora Presidente da Câmara Municipal:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Só quero aqui esclarecer os almadenses porque na realidade as forças políticas aqui presentes sabem que, quando foi enviado o ofício para uma segunda ronda de negociações, o que a Câmara Municipal pediu a cada força política, pediu aquilo que lhe parecia normal como princípio de negociação que é, face ao orçamento que tinha sido apresentado cada força política indicasse aquilo que considerava que estava a mais ou aquilo estava a menos e quanto é que gostaria de ver alocado, porque o orçamento são verbas, nesta ou naquela matéria.

Pareceu-nos que era um método normal e uma boa base de trabalho, o orçamento que naturalmente a Câmara Municipal consciente daquelas que também são as suas possibilidades de limitações, mas também estratégias definidas, podia fazer com a oposição. Achemos curioso de facto, quase uma unanimidade ou de não resposta ou então um devolver à Câmara Municipal a responsabilidade de tomar decisões. A Câmara Municipal nunca tem medo de tomar decisões e toma as decisões. Portanto, só lamentamos que, num processo de negociação, normalmente, cada um apresenta a sua proposta e cada um também identifica as suas prioridades. Pelos vistos, a única prioridade de uma oposição agora reforçada com o PSD, era apenas uma, era chumbar o orçamento para poderem dizer que a Câmara Municipal não faz, tirando-lhe aliás os meios de poder fazer. É um raciocínio muito sui generis que naturalmente, todos os almadenses percebem bem que só existe porque estamos em ano de eleições.”

7.3.2.21 – A Senhora Deputada Municipal Maria Rita Magalhães (CDU):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Senhora Presidente, a Senhora Presidente tem dinheiro para fazer obra. A Senhora Presidente pode fazer obra. Obviamente que não é em oito meses que vai fazer as obras todas que não fez até agora.”

7.3.2.22 – A Senhora Presidente da Câmara Municipal:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Há uma coisa que a Câmara Municipal faz, é cumprir os seus compromissos. E como sabe, as obras que estão em curso, naturalmente, a Câmara Municipal não só as faz como as acaba. E esteja descansada. E quem diria, estar a dizer-lhe a si a mesma coisa que digo ao CDS-PP, a mim faz-me um bocado confusão. Mas esteja



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

descansada, temos muita obra para mostrar e até para debater e até para comparar quando quiser. Estamos muito descansados nessa matéria, não há problema nenhum. Aliás, poderemos começar já a mostrar no terreno todas as obras que estão feitas.”

7.4 – Entrou-se no ponto 3.4 da ordem de trabalhos, relativo à apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Relatório semestral sobre as atividades desenvolvidas pelo Provedor Municipal dos Animais de Almada – junho de 2024 a novembro de 2024”;

7.4.1 – Para apresentar a proposta usou da palavra a Senhora Presidente da Câmara Municipal;

7.4.1.1 – A Senhora Presidente da Câmara Municipal:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

De uma forma muito breve, o Relatório é claro, é simples, muitas das matérias são matérias naturalmente de continuidade. Houve um aspeto importante que foi o primeiro grande encontro e congresso relativamente a animais em situação de catástrofe, estou disponível para qualquer questão, embora, de facto, normalmente até seria mais apropriado ser o próprio Provedor a poder responder, porque o próprio Provedor também tem autonomia dentro daquilo que é o seu Plano de Atividades e o Relatório vem comprovar a execução desse Plano de Atividades.”

7.4.2 – Não havendo pedidos de palavra e verificado o quórum passou-se à votação, sendo a proposta aprovada por maioria, com 22 votos a favor, sendo 14 dos eleitos do Grupo Municipal do PS incluindo os Presidentes de Junta da União de Freguesias que o integram, 3 dos eleitos do Grupo Municipal do PSD, sendo 3 dos eleitos do Grupo Municipal do BE, 1 dos eleitos do Grupo Municipal CHEGA, 1 do eleito IND - Presidente da Junta de Freguesia da Costa da Caparica; 11 abstenções dos eleitos do Grupo Municipal da CDU incluindo o Senhor Presidente de Junta de União de Freguesias de Laranjeiro Feijó que o integra; (encontravam-se fora da sala os eleitos Ana Margarida Lourenço (PS), Pedro Miguel Matias (PS), Sara Sofia Pinheiro (CHEGA) e António Pedro Maco (CDS-PP): através da seguinte:

DELIBERAÇÃO

A Assembleia Municipal de Almada, nos termos da alínea f) do artigo 8.º do Regulamento para o Provedor dos Animais do Município de Almada, Regulamento n.º 1070/2020, de 9 de dezembro de 2020, bem como do disposto na alínea k) do n.º 2 do artigo 25.º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, aprova o Relatório semestral sobre as atividades desenvolvidas pelo Provedor Municipal dos Animais de Almada (junho de 2024 a novembro de 2024), nos precisos termos da deliberação camarária de 16 de dezembro de 2024, que aprovou a proposta n.º 2024-593-GP.

7.5 – Entrou-se no ponto 3.5 da ordem de trabalhos, relativo à apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Redação final do Projeto de Regulamento Municipal de Horários dos Estabelecimentos Comerciais de Almada”;

7.5.1 – Para apresentar a proposta usou da palavra o Senhor Vereador José Pedro Ribeiro (PS);

7.5.1.1 – O Senhor Vereador José Pedro Ribeiro (PS):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

O Regulamento consta da proposta a que tiveram acesso. Este Regulamento era uma necessidade que era sentida e resultou também da audição pública que foi feita e da participação muito perto e acompanhamento por parte das associações do setor.

Portanto, estou disponível para responder a qualquer questão que seja suscitada.”

7.5.2 – No debate usaram da palavra os/as Senhores/as Deputados/as Municipais Maria Rita Magalhães (CDU), Nuno Alexandre Mendes (CHEGA).



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

7.5.2.1 – A Senhora Deputada Municipal Maria Rita Magalhães (CDU):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Os trabalhadores das superfícies comerciais e dos centros comerciais, submeteram uma petição à Assembleia da República com oitenta e oito mil setecentas e setenta e quatro assinaturas, apelando ao encerramento das grandes superfícies comerciais ao domingo.

Apelo mais do que justo, já que todos os trabalhadores devem no mínimo, ter um dia ao fim de semana em que não trabalhem possibilitando assim, que estes trabalhadores passem o domingo com a família, amigos ou outras atividades, cinema, teatro ou idas aos museus.

A Câmara Municipal de Almada, em nossa opinião, perdeu a oportunidade de regular os horários dos estabelecimentos comerciais, tendo em conta esta petição, isto é, o encerramento aos domingos das grandes superfícies.

Mais uma vez, os trabalhadores perderam e os senhores do dinheiro, o capital, ganharam.

Lamentamos profundamente, teríamos feito diferente.”

7.5.2.2 – O Senhor Deputado Municipal Nuno Alexandre Mendes (CHEGA):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Iremos votar a favor do Regulamento Municipal de Horários de Funcionamento dos Estabelecimentos Comerciais, mas consideramos que a Câmara Municipal não pode desresponsabilizar-se da fiscalização do seu cumprimento.

A aplicação prática deste regulamento implica a obrigação da Câmara Municipal de garantir que as normas são cumpridas, assegurando que as populações não são prejudicadas, especialmente nas zonas habitacionais próximas de estabelecimentos de diversão noturna ou outros que possam causar perturbações.

Para que este regulamento tenha verdadeira eficácia, a Câmara Municipal tem de assegurar:

- Fiscalização rigorosa e permanente, a qualquer hora do dia ou da noite;
- Criação e tratamento eficaz das reclamações, garantindo aos munícipes um canal acessível e uma resposta célere às suas queixas;
- Reforço da fiscalização durante a época balnear, com equipas dedicadas ao controlo dos espaços de diversão noturna, assegurando o cumprimento das normas de insonorização e funcionamento;
- Escrutínio contínuo das licenças atribuídas, com inspeções periódicas para garantir que as condições exigidas se mantêm e que os estabelecimentos cumprem as suas obrigações.

Por fim, a Câmara Municipal deve garantir, junto das entidades competentes, a presença das forças de segurança necessárias para que, neste verão, não se repita a falta de policiamento nas zonas de atividade noturna. O reforço da segurança na Fonte da Telha e na Costa da Caparica é essencial para garantir o cumprimento das regras e evitar situações de desordem pública.

O bem-estar das populações não pode ser ignorado, e apenas uma fiscalização rigorosa e eficaz pode garantir que este regulamento sai do papel para a realidade.”

7.5.3 – Não havendo mais pedidos de palavra e verificado o quórum passou-se à votação, sendo a proposta aprovada por unanimidade, através da seguinte:

DELIBERAÇÃO

A Assembleia Municipal de Almada, nos termos da alínea g) do n.º 1 do artigo 25.º Anexo I da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, aprova o Projeto de Regulamento Municipal de Funcionamento dos Estabelecimentos Comerciais e Prestação de Serviços, nos precisos termos da deliberação camarária de 16 de dezembro de 2024, que aprovou a proposta n.º, 2024-500-DEGEP.



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

7.6 – Entrou-se no ponto 3.6 da ordem de trabalhos, relativo à apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Projeto de Regulamento Municipal dos Refeitórios Escolares do Município de Almada”;

7.6.1 – Para apresentar a proposta usou da palavra a Senhora Vereadora Maria Teodolinda Silveira (PS);

7.6.1.1 – A Senhora Vereadora Maria Teodolinda Silveira (PS):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

É uma proposta razoavelmente simples, já foi aprovada em reunião de Câmara, com a receção das competências no âmbito da educação. No ano meio seguinte, elaboramos normas de funcionamento, optamos por deixar ver os ajustes que era preciso fazer a essas normas, mas tendo em conta que envolvia encarregados de educação, nomeadamente, na compra das refeições, portanto, tinha eficácia externa, desenvolvemos o processo de construção deste regulamento, o período de discussão pública decorreu entre 14 e 26 de abril, houve quatro propostas de intervenção que estão no texto que está convosco, identificadas e que foram incorporadas.

Aquilo que se propõe é a aprovação deste projeto de Regulamento dos Refeitórios Escolares.”

7.6.2 – No debate usou da palavra o Senhor Deputado Municipal Nuno Alexandre Mendes (CHEGA) e a Senhora Vereadora Maria Teodolinda Silveira (PS) e ainda a Senhora Presidente da Câmara Municipal;

7.6.2.1 – O Senhor Deputado Municipal Nuno Alexandre Mendes (CHEGA):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

O Grupo Municipal do CHEGA vota favoravelmente o Regulamento Municipal dos Refeitórios Escolares, reconhecendo a importância de uniformizar e garantir a boa gestão do serviço de refeições escolares no Concelho de Almada.

Congratulamo-nos com a inclusão no regulamento da possibilidade de repetição de qualquer componente da refeição, desde que o prato anterior tenha sido consumido. Esta era uma reivindicação do CHEGA desde o início do mandato, uma vez que sempre denunciámos a insuficiência de algumas refeições servidas nas escolas. É positivo que esta preocupação tenha sido agora acolhida e regulamentada, garantindo que nenhuma criança fique com fome.

Relembramos à Câmara Municipal que a fiscalização das refeições tem de estar sempre presente e a qualidade deve ser aferida regularmente.

Todos sabemos que o desaparecimento das imagens de refeições indignas das redes sociais não se deve a uma melhoria na qualidade da alimentação servida, mas sim à proibição da utilização de telemóveis. Os agrupamentos proibiram ativamente as crianças de reportar e denunciar o estado das refeições, impedindo que a realidade seja exposta. Dado este contexto, cabe a este executivo garantir a proteção das crianças e a qualidade do serviço fiscalizando de forma rigorosa, este contrato de fornecimento das refeições.

Concordamos com as medidas de responsabilização e cobrança previstas no regulamento, bem como com as cláusulas de desmarcação de refeições, que visam garantir o equilíbrio na gestão deste serviço essencial.

No entanto, apelamos à Câmara Municipal de Almada para que sensibilize os Agrupamentos de Escolas e Escolas Não Agrupadas, quanto à necessidade de cancelar atempadamente os serviços de refeição quando os estabelecimentos se encontram encerrados por greve, férias, avaliações ou outros motivos, de forma a evitar encargos desnecessários para as famílias, como aconteceu no passado.

Alertamos ainda para a necessidade de reeducar os serviços municipais, visto que, como já aconteceu neste ano letivo em todas as escolas do Concelho, muitas vezes os pais só sabem que a escola não abrirá após as 10h00 da manhã, momento em que já não podem cancelar a refeição. Esta situação penaliza injustamente as famílias, que se veem obrigadas a pagar por um serviço que não foi prestado.

Defendemos que os serviços da Câmara Municipal devem estar recetivos a estas situações, garantindo que não há cobrança de refeições nos dias em que as escolas estão encerradas inesperadamente. Não podemos permitir



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

que pais, com escolas fechadas e crianças sem acesso à refeição, tenham a mesma cobrada pelos serviços municipais.”

7.6.2.2 – A Senhora Vereadora Maria Teodolinda Silveira (PS):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Senhor Deputado Municipal Nuno Mendes, está muito enganadinho, não foi por causa dos telemóveis. Eu vou lhe dizer e vou-lhe dar uma prova que destrói completamente a sua teoria.

Nós tínhamos um contrato de refeições que vigoraria até agosto de 2025, tivemos que, há menos de um mês, fazer uma modificação objetiva de um contrato, porque ele ia acabar primeiro e nós tivemos que o prolongar. Porquê? Porque fizemos o cálculo para os três anos de refeições com base na média dos últimos três anos, com o aumento de 10% que era aquilo que normalmente poderia acontecer, e tivemos que fazer uma modificação porque o contrato iria acabar em abril, tivemos um aumento exponencial de consumo de refeições, nomeadamente, no Ensino Secundário que são os miúdos com mais sentido crítico.

Portanto, essa teoria dos telemóveis, não sei onde a foi buscar. E devo dizer-lhe que isto não aconteceu por acaso, aconteceu porque efetivamente, no último ano de 2024, nós fizemos profundas alterações, foi uma competência que recebemos nestas escolas principalmente e o grande número de refeições durante o ano de 2024, introduzimos uma nutricionista para acompanhar todas as equipas do refeitório, fizemos cento e oitenta auditorias que tiveram resposta e fizemos muitas horas de formação a todo o pessoal da cozinha e aos encarregados. Portanto, esqueça lá essa coisa do telemóvel, porque a comida melhorou e os meninos comem muito mais e ainda bem, eu estou muito satisfeita”

7.6.2.3 – O Senhor Deputado Municipal Nuno Alexandre Mendes (CHEGA):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Senhora Vereadora, está a dizer que os almadenses estão a mentir quando lhe dizem que os filhos foram proibidos de usar o telefone nos refeitórios? É porque a informação que nos está a dar é essa. Porque fizeram-nos chegar imensas reclamações nesse sentido, que as crianças foram instruídas e “ameaçadas” sobre a utilização dos telefones no refeitório. Se isto não é uma forma de impedir as crianças de demonstrarem o que estão a comer, é o quê?”

7.6.2.4 – A Senhora Vereadora Maria Teodolinda Silveira (PS):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Senhor Deputado Municipal, eu nunca digo que ninguém mente, e muito menos quando isso não foi feito, o Senhor Deputado nem sequer disse que foi feito pela Câmara Municipal, disse que foi feito pelos estabelecimentos. Pode ter acontecido essa proibição, o que ela não tem nada a ver é com a sua teoria. Isso é outra questão.”

7.6.2.5 – A Senhora Presidente da Câmara Municipal:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Senhor Presidente, de facto, a Câmara Municipal não tem qualquer decisão do ponto de vista pedagógico, mas eu estou um bocado perplexa, mas será que o programa do CHEGA para a educação, o seu grande modelo pedagógico, é crianças a olhar para um telemóvel, a comer e a olhar para um telemóvel? É que se é esse o grande objetivo do CHEGA em termos de educação, se é o que acha que é saudável para as nossas crianças e jovens, que é estarem todos, cada um no seu telemóvel, isolados uns dos outros e a comerem com um olho em cada lado.

Mais uma vez, Senhor Deputado Municipal, entre nós e o CHEGA, há mesmo um mundo que nos separa e nunca estaremos de acordo.”



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

7.6.2.6 – O Senhor Deputado Municipal Nuno Alexandre Mendes (CHEGA):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Senhora Presidente, eu vou usar uma frase que um Deputado Municipal já usou, peço imensa desculpa por plagiar, mas, efetivamente, deve ser por ser o Dia dos Namorados, a prenda que acabou de me dar. Porque efetivamente, não estamos de acordo e o que nos separa é mesmo muito.

Se a Câmara Municipal não envolve num modelo pedagógico, mas agora traz um modelo pedagógico para uma discussão de refeitórios? Mas não percebo como é que os assuntos estão relacionados. Mas sim, a nossa preocupação é a alimentação das crianças e infelizmente, vemos que a Senhora Presidente não reage desta forma.”

7.6.3 – Não havendo mais pedidos de palavra e verificado o quórum passou-se à votação, sendo a proposta aprovada por unanimidade, através da seguinte:

DELIBERAÇÃO

A Assembleia Municipal de Almada, nos termos da alínea g) do n.º 1 do artigo 25.º Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, aprova o Projeto de Regulamento Municipal dos Refeitórios Escolares do Município de Almada, nos precisos termos da deliberação camarária de 20 de janeiro de 2025, que aprovou a proposta n.º 2024-660-DAS.

7.7 – Entrou-se no ponto 3.7 da ordem de trabalhos, relativo à apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Projeto de Regulamento Municipal de Gestão do Arvoredo e Espaços Verdes em meio urbano do Município de Almada”;

7.7.1 – Para apresentar a proposta usou da palavra a Senhora Presidente da Câmara Municipal;

7.7.1.1 – A Senhora Presidente da Câmara Municipal:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Esta proposta de Regulamento do Arvoredo, já cá veio, já foi a consulta pública e este é o fim do processo.

O Regulamento Municipal de Gestão do Arvoredo e Espaços Verdes, integra naturalmente, uma estratégia municipal para o arvoredo urbano, que visa preservar não apenas o património do arbóreo em condições adequadas e articulação com o meio urbano em que está inscrito e em boas condições, mas também tem como prioridade máxima, a preservação de vegetação existente de forma a manter tanto quanto possível, o coberto arbóreo existente e identidade paisagística local.

Esta é uma matéria muito importante não apenas ao nível das políticas ambientais, mas também uma matéria essencial como também já foi aqui várias vezes abordado, do ponto de vista da gestão urbanística para todos sabermos exatamente quais são as regras que nos regem e aquilo que é o compromisso de todo o Município relativamente à sua massa arbórea.

Isto também decorre de uma alteração de legislação, que também vai nesse sentido e na criação até de uma nova visão de gestão do arvoredo.

Seria muito injusto da minha parte, agora que assumi o pelouro dos espaços verdes, não deixar aqui uma palavra de reconhecimento e de agradecimento ao Senhor Vereador Nuno Matias que liderou todo este processo, aliás, a quem perguntei se queria fazer esta apresentação. E aqui sim, permitam-me que diga, aqui é onde se pode perceber o melhor da política e da democracia, independentemente de termos e temos posições diferentes em muitas matérias, neste caso como noutros, quando é o interesse do nosso território, quando é o interesse da preservação daquilo que é a nossa qualidade de vida, quando é o interesse dos almadenses, sabemos a trabalhar juntos e até de forma complementar. Temos pena que este espírito de compromisso com os almadenses tenha desaparecido. Nós continuaremos a fazer para que ele exista.



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

Muito obrigada Senhor Vereador Nuno Matias pelo trabalho efetuado, este é o fim de um percurso, este Regulamento deve ser reconhecido pelo trabalho de quem também o criou, elaborou e trabalhou, ao Senhor Vereador e naturalmente, a todos os serviços dos espaços verdes.”

7.7.2 – No debate usaram da palavra os/as Senhores/as Deputados/as Municipais Maria Rita Magalhães (CDU) e ainda a Senhora Presidente da Câmara Municipal.

7.7.2.1 – A Senhora Deputada Municipal Maria Rita Magalhães (CDU):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

O artigo 13.º diz que o Município de Almada pode contratualizar empresas municipais, com objetivos sociais coincidentes, para a gestão total ou parcial dos espaços verdes municipais.

A pergunta que queremos fazer é quais são as empresas municipais?

7.7.2.2 – A Senhora Presidente da Câmara Municipal:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Neste momento como sabe, não há nenhuma empresa municipal nesse sentido. Agora, um regulamento não regula apenas o que existe, regula aquilo que existe e que pode vir a existir. Neste momento não há nenhuma empresa municipal para essa matéria.”

7.7.3 – Não havendo mais pedidos de palavra e verificado o quórum passou-se à votação, sendo a proposta aprovada por unanimidade, através da seguinte:

DELIBERAÇÃO

A Assembleia Municipal de Almada, nos termos da alínea g) do n.º 1 do artigo 25.º Anexo I da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, aprova o Projeto de Regulamento Municipal de Gestão do Arvoredo e Espaços Verdes em meio urbano do Município de Almada, nos precisos termos da deliberação camarária de 20 de janeiro de 2025, que aprovou a proposta n.º 2024-640-DEV.

7.8 – Entrou-se no ponto 3.8 da ordem de trabalhos, relativo à apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Delegação de competências do Município de Almada para a Junta de Freguesia da Costa da Caparica. Aprovação da minuta de adenda ao contrato interadministrativo”;

7.8.1 – Para apresentar a proposta usou da palavra a Senhora Presidente da Câmara Municipal;

7.8.1.1 – A Senhora Presidente da Câmara Municipal:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Esta proposta que trazemos aqui relativamente à Costa da Caparica, é idêntica nos moldes e na adaptação que foi feita também aqui com a União de Freguesias de Charneca de Caparica e Sobreda, no âmbito de um processo que foi longo e moroso. Tanto a Charneca de Caparica e Sobreda como a Costa da Caparica, já assumiram competências.

Relativamente às três outras Freguesias não foi possível chegar a acordo relativamente à transferência de competências, mas fez-se um contrato de delegação de competências. Nessa negociação houve novas competências que neste caso foram delegadas e não transferidas, fizemos o acerto com as duas Uniões de Freguesia que assumiram essas competências como suas. Portanto, é esse acerto que trazemos, não é diferente.

Nesse sentido, propomos que se aprove a despesa correspondente à delegação de competências e recursos supramencionados num montante anual de 308.055.75€ (trezentos e oito mil cinquenta e cinco euros e setenta e cinco cêntimos), aprovar a despesa correspondente também à aquisição de viaturas no âmbito da competência de recolha regular de monos e aparas de jardins particulares deixadas na via pública e cuja recolha seja solicitada pelos munícipes, a ser transferida numa única tranche e numa única vez num montante total de 160.000.00€ (cento e sessenta mil euros). Aprovar também a Minuta de Adenda ao Contrato Interadministrativo já existente.



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

Portanto, é isso que vos propomos, todas estas verbas, nomeadamente as verbas de investimento para a viatura, foi um investimento igual para todas as Juntas, assim como uma série de outras pequenas competências e de verbas adicionais como a limpeza de grafitis e também um reforço de verba para a limpeza dos envolventes no caso da recolha de monos e aparas de jardim de 80.000.00€ (oitenta mil euros). Há um reforço muito significativo de verbas passadas às Juntas, porque de facto, as Juntas também são parceiros fundamentais numa série de questões críticas e aliás, têm-no cumprido com grande dedicação.”

7.8.2 – Não havendo pedidos de palavra e verificado o quórum passou-se à votação, sendo a proposta aprovada por maioria, com 26 votos a favor sendo 16 dos eleitos do Grupo Municipal do PS incluindo os Presidentes de Junta da União de Freguesias que o integram, 3 dos eleitos do Grupo Municipal do PSD, 3 dos eleitos do Grupo Municipal do BE, 2 dos eleitos do Grupo Municipal CHEGA, 1 do eleito do CDS-PP e 1 do eleito IND - Presidente da Junta de Freguesia da Costa da Caparica; 11 abstenções dos eleitos do Grupo Municipal da CDU incluindo o Senhor Presidente de Junta de União de Freguesias de Laranjeiro Feijó que o integra, através da seguinte:

DELIBERAÇÃO

A Assembleia Municipal de Almada, nos termos da alínea k) do n.º 1 do artigo 25.º Anexo I da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, aprova a minuta de adenda ao contrato interadministrativo de delegação de competências do Município de Almada para a Junta de Freguesia da Costa da Caparica, nos precisos termos da deliberação camarária de 2 de dezembro de 2024, que aprovou a proposta n.º 2024-617-GP.

7.9 – Entrou-se no ponto 3.9 da ordem de trabalhos, relativo à apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Assunção de Compromissos Plurianuais – SMAS”;

7.9.1 – Para apresentar a proposta usou da palavra o Senhor Vereador José Pedro Ribeiro (PS);

7.9.1.1 – O Senhor Vereador José Pedro Ribeiro (PS):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Esta norma trazemo-la aqui uma vez que se torna necessário considerando que houve o chumbo do orçamento, trazemos aqui para a manutenção da atividade corrente dos SMAS, e para aprovação nos termos constantes da proposta anexa e que é do conhecimento dos Senhores Deputados Municipais.”

7.9.2 – Não havendo pedidos de palavra e verificado o quórum passou-se à votação, sendo a proposta aprovada por unanimidade, através da seguinte:

DELIBERAÇÃO

A Assembleia Municipal de Almada, nos termos da alínea i) do n.º 1 do artigo 25.º Anexo I da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, aprova a assunção de compromissos plurianuais, com vista à abertura de procedimentos de contratação relativo a despesas com a aquisição de bens e serviços imprescindíveis à atividade dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento de Almada, nos precisos termos da deliberação camarária de 3 de fevereiro de 2025, que aprovou a proposta n.º 2025-32-GP.

7.10 – Entrou-se no ponto 3.10 da ordem de trabalhos, relativo à apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Plano Municipal de Juventude de Almada (PMJA) 2025-2028”;

7.10.1 – Para apresentar a proposta usou da palavra o Senhor Vereador Filipe Alexandre Pacheco (PS);

7.10.1.1 – O Senhor Vereador Filipe Alexandre Pacheco (PS)

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

O Plano está distribuído, mas eu acho que visto estarmos a falar do Plano Municipal de Juventude, que é um documento de total relevância, fazer-vos aqui duas ou três considerações.

A primeira, é de que este foi um documento criado segundo princípios de cocriação e cogestão, que são princípios que têm norteado aquilo que são as políticas municipais na área da juventude. Principalmente numa área em que parte da franza da população, portanto, todos os munícipes até aos dezoito anos não podem votar,



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

é muito importante, que não façamos planos, políticas de juventude que não considerem de uma forma mais incisiva, aquilo é a participação do público à qual elas se dirigem que neste caso é a juventude de Almada.

Portanto, nós tivemos em primeiro lugar, um diagnóstico à realidade juvenil no nosso Concelho, e depois tivemos vários focos de grupo e várias dimensões de discussão participada, catorze grupos focais com a comunidade juvenil, dois grupos focais com a equipa da Divisão de Juventude da Câmara Municipal de Almada. Enfim, a partir deste diagnóstico e dos focos de grupo, definiram cinco eixos e depois, foi feito ao longo de um, foi ao longo do ano de 2024 que foi construído este Plano.

O Plano foi submetido por sua vez ao Conselho Municipal de Juventude, houve várias recomendações, houve mesmo um trabalho de partir pedra com todas as organizações de representação, neste caso associações juvenis e de estudantes.

Portanto, temos aqui um documento que já foi aprovado em reunião de Câmara, hoje é trazido aqui à Assembleia Municipal, mas que teve a aprovação por unanimidade no Conselho Municipal de Juventude.

Dizer que, aquilo que queremos como objetivos centrais são: continuar a ter Almada como um Município liderante na área das políticas de juventude, Almada já é um dos grandes Concelhos de referência, é há muitos anos, mas continua a sê-lo, na área das políticas de juventude, e dizer que em concreto e dou o exemplo, Almada é Selo 4 Estrelas como Município Amigo da Juventude, que é uma distinção que a FNAJ – Federação Nacional de Associações Juvenis tem.

Só catorze Municípios é que têm a nível nacional o Selo de 5 Estrelas, nós só nos falta um dos indicadores para ser 5 Estrelas, que é precisamente termos um Plano Municipal de Juventude, pela primeira vez passaremos a ter um Plano que projeta e planeia estabelecer objetivos é meio caminho andado para os atingir, planeia aquilo que são os objetivos de médio e longo prazo e, portanto, é isso que hoje aqui trazemos. Está à discussão e estou disponível naturalmente, para qualquer questão.”

7.10.2 – No debate usaram da palavra a Senhora Deputada Municipal Maria Amélia Pardal (CDU), o Senhor Vereador Filipe Alexandre Pacheco (PS) e ainda a Senhora Presidente da Câmara Municipal.

7.10.2.1 – A Senhora Deputada Municipal Maria Amélia Pardal (CDU):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Sobre o Plano Municipal de Juventude de Almada, que também consideramos que a criação de um plano e a constituição de um plano, pode ser um instrumento fundamental para o desenvolvimento das políticas municipais nas áreas da juventude, eu não diria da juventude, mas das juventudes, porque são como sabemos, sociologicamente realidades muito diversas, nomeadamente, no nosso Concelho, não há uma juventude, há diversas juventudes, cultural e socialmente diferentes, e isso é rico e é natural num Concelho como o nosso.

O Plano trata-se a si próprio como uma iniciativa estratégica, que visa o Plano de Desenvolvimento de Pessoas Jovens do Concelho de Almada e que, de alguma forma materializa um conjunto de ações que procuram responder às expectativas e aos interesses da juventude de Almada.

Portanto, o que nós consideramos em primeiro lugar, é importante a existência de um Plano, não sabemos se era importante neste momento fazer um plano entre 2025 e 2028, considerando que não sabemos o que é que acontece daqui a alguns meses. Portanto, relativamente a esta matéria pode também divergir um conjunto de visões e de olhares sobre a intervenção nestas áreas.

Dizer que, consideramo-lo demasiado abrangente, considerando que as políticas municipais não são políticas nacionais e nós não temos instrumentos, nem capacidade para do ponto de vista prático, tornar exequíveis um conjunto de medidas que podiam ser naturalmente coordenadas com políticas e intervenções nacionais. E, portanto, consideramos que o Plano é muito abrangente, trata muitas questões, mas tem poucas medidas concretas e nós pensamos que era importante, nalgumas matérias que o Plano tivesse mais medidas concretas.

Gostava também de colocar uma questão que a nós nos parece importante e que tem a ver com o seguinte: nos documentos aparece de facto, este princípio que para nós também é fundamental, da cooperação, da cogestão,



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

da participação, do envolvimento daqueles que são os principais interessados e envolvidos no quadro concreto deste Plano. Mas, era importante perceber e isso, não transparece nos documentos.

Primeiro, quem fez este trabalho? Do ponto de vista metodológico, quem fez? Quem foi a entidade que o fez, que metodologia usou, como é que chegou aqui?

Depois, os números são grandes, assim abstratamente, há dois pontos focais na Divisão de Juventude, há catorze pontos focais nas associações, há não sei quantas associações envolvidas, era preciso perceber o que é isto significa do ponto de vista dos números no Concelho de Almada, o que é que isto significa? Que Freguesias abrangeu? E nós consideramos e acreditem que é nesta postura que estamos, o Plano Municipal é um instrumento importante, é um instrumento importante que tem que ser bem pensado e bem fundamentado para avançarmos para um plano. Percebemos que queiram obviamente, trazer o Plano neste momento, percebíamos ou percebemos, que seria melhor termos algum espaço também, os eleitos municipais, para refletirem sobre isto. Isto significa a aplicação de políticas municipais de forma muito abrangente e que podem nalguns momentos ser transformadora na vida de facto, destas pessoas.

Portanto, era importante perceber onde é que se chegou. Porque por exemplo, fala-se de um inquérito online, ao qual responderam quatrocentas e cinquenta e seis pessoas, salvo erro, isto é muito pouco, mesmo num universo de aplicação etc., qual é a amostra que se quer.

Portanto, nós consideramos que seria muito melhor para o Concelho e nomeadamente para os jovens e para as camadas jovens do Concelho, podermos ter tido mais tempo para refletir sobre isto, perceber melhor como se chegou aqui, e de facto, podermos chegar a um plano que concretizasse algumas medidas mais do que ter um conjunto de áreas muito importantes, que faz análises interessantes, aponta alguns caminhos interessantes, mas depois materializa e concretiza muito pouco. Poderíamos ir mais longe, consideramos que um Plano Municipal nestas áreas, já que não o tínhamos e já que se caminhou neste sentido, era importante ter ido mais longe, e sobretudo do nosso ponto de vista perceber como é que chegamos aqui? Tocamos quantos jovens? Porque nós abemos que a esmagadora maioria dos jovens do Concelho de Almada, não intervêm na gestão de forma organizada nas associações juvenis, nestas coisas todas como sabe Senhor Vereador e muito bem. Portanto, é preciso ir mais longe do que isso, esse é um salto muito importante no Concelho de Almada, do meu ponto de vista. Do nosso ponto de vista é preciso ir aos jovens do Concelho de Almada e não só aos jovens que de forma organizada participam e estão envolvidos, porque de facto, é uma percentagem muito mais pequena.

Depois ainda, há realidades muito diversas em Freguesias muito diversas do nosso Concelho, em formas de estar, de viver, de trabalhar, de estudar, de fruir e criar cultural e desportivamente, etc., e, portanto, é importante não fazermos coisas que são um bocadinho “chapa três”. Quando o Vereador diz que nos falta um índice que é o Plano Municipal, peço desculpa, mas o Plano Municipal é muito importante, se ele de facto, na prática for muito importante, porque senão é preferível não o termos, enquanto não o tivermos e não tivermos esse índice, porque isso significa que anda não chegamos lá. E nós pensamos que ainda não chegamos lá com este Plano, embora consideramos muito importante ter um Plano Municipal.”

7.10.2.2 – O Senhor Vereador Filipe Alexandre Pacheco (PS):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

A questão que eu referi do Selo, é apenas no seguimento de uma ideia que eu tinha dito inicialmente, que é da Divisão de Juventude ou pelo menos do Concelho de Almada, ou do Município de Almada, ser referencia na área das políticas de juventude, e não de agora, é o agora, mas já o é há muitos anos. Só que sendo referência, o que é facto, é que nunca teve um Plano Municipal de Juventude para esta área. Nunca. E eu percebo aquilo que foi dito, de ser necessário eventualmente, mais tempo até para os eleitos poderem participar nessa reflexão, a nosso ver achamos que isso existiu. Porquê? Não só este plano esteve a ser feito durante um ano, aliás, foi por diversas vezes referido e todos aqueles que têm assento no Conselho Municipal de Juventude, foram convocados, e eu devo lembrar aliás, também já o fiz em reunião de Câmara, que precisamente todas as forças políticas que aqui estão representadas, têm assento no Conselho Municipal de Juventude, como membro observador.



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

Portanto, também essa participação no Conselho Municipal de Juventude poderia ter sido importante para sempre que o Plano foi referido ao longo das várias reuniões que têm existido, poderia ter sido um bom espaço e reforço esse convite a todas as forças políticas para que estejam presentes, muitas delas nas últimas reuniões não o têm estado, seria muito importante virem a este Conselho Municipal de Juventude marcar presença naquilo que é o principal órgão que discute as políticas de juventude no nosso Concelho.

Enfim, quem fez este trabalho, dizer que foi a Associação Oficina de Planeamento e Participação, foi quem nos ajudou a fazer este trabalho, mas evidentemente, que esteve centralizado na Divisão de Juventude do nosso Município, e relativamente ao diagnóstico sabemos que não é representativo, mas por isso é que também complementamos a dimensão de diagnóstico, com mais de uma dezena e meia de grupos focais, que foi a metodologia técnica científica que foi escolhida para fazer o diagnóstico. Portanto, aquilo que eu posso dizer é que temos uma ferramenta, a primeira ferramenta, que faz um retrato daquilo que é a juventude, se podemos complementá-la? Podemos. Podemos atualizá-la? Podemos e devemos fazê-la. Aliás, e uma das boas sugestões que os jovens do nosso Concelho deram e deram no Conselho Municipal de Juventude, foi precisamente a dimensão de acompanhamento, porque não basta nós fazermos planos, o importante é a sua execução e o acompanhamento da sua execução. E precisamente algo que ficou e que está no documento, é o acompanhamento deste Plano por via do Conselho Municipal de Juventude.

Portanto, estamos muito confortáveis com este documento e com aquilo que aqui hoje apresentamos, sendo também o primeiro Plano e obviamente, nós queremos é de futuro também poder continuar a implementar aquilo que aqui está, por isso é que ele abrange também as suas preocupações todas as áreas, a transversalidade das preocupações da nossa sociedade, mas poder atualizá-lo no futuro, evidentemente.”

7.10.2.3 – A Senhora Presidente da Câmara Municipal:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

De uma forma muito breve, porque já várias vezes tivemos estas situações. Só se melhora o que existe, Senhora Deputada Municipal.

Ou seja, se a CDU considera que é muito importante haver o primeiro Plano Municipal de Juventude, e estamos todos de acordo, é sempre preciso dar o primeiro passo. E depois, muitas vezes na aplicação dos próprios planos, e sobretudo quando é acompanhado como tem sido, é que vamos ver também como é que o melhoramos. Porque senão, acontece o que muitas vezes acontece, é que podemos até ficar, dez, quinze, vinte anos a discutir planos e depois eles nunca existem.

Portanto, à procura do plano ideal, o que é que acontece? O que acontecia em Almada, é que não havia plano. Agora eu espero que a partir de hoje possa haver um Plano Municipal da Juventude e isso é mais uma concretização daquilo que temos estado a fazer com a comunidade e com os jovens deste território.”

7.10.3 – Não havendo mais pedidos de palavra e verificado o quórum passou-se à votação, sendo a proposta aprovada por maioria, com 24 votos a favor sendo 16 dos eleitos do Grupo Municipal do PS incluindo os Presidentes de Junta da União de Freguesias que o integram, 3 dos eleitos do Grupo Municipal do PSD, 3 dos eleitos do Grupo Municipal do BE, 1 do eleito do CDS-PP, 1 do eleito IND - Presidente da Junta de Freguesia da Costa da Caparica; 13 abstenções dos eleitos do Grupo Municipal da CDU incluindo o Senhor Presidente de Junta de União de Freguesias de Laranjeiro Feijó que o integra e 2 dos eleitos do Grupo Municipal CHEGA, através da seguinte:

DELIBERAÇÃO

A Assembleia Municipal de Almada, nos termos da alínea h) do n.º 1 do artigo n.º 25 Anexo I da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, aprova a versão final do Plano Municipal de Juventude de Almada (PMJA) 2025-2028, nos precisos termos da deliberação camarária de 3 de fevereiro de 2025, que aprovou a proposta n.º 2025-33-DJUVE.

7.11 – Entrou-se no ponto 3.11 da ordem de trabalhos, relativo à apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Adjudicação e aprovação das minutas de contrato do Concurso Público nº CS02891S2023 para



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

concessão do direito de uso privativo de espaço público, destinado à instalação de 82 PCVE, em locais públicos de acesso público no Concelho, pelo prazo de 10 anos”;

7.11.1 – Para apresentar a proposta usou da palavra a Senhora Vereadora Francisca Baptista Parreira (PS);

7.11.1.1 – A Senhora Vereadora Francisca Baptista Parreira (PS):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Os documentos estão presentes, de forma breve, a proposta aprovada em reunião de Câmara por unanimidade, tem a ver com a concessão do direito de uso privativo de espaço público, destinado à instalação de 82 postos de carregamento para viaturas elétricas, em locais públicos de acesso público no Concelho, pelo prazo de dez anos, e que estão naturalmente também, descritos na proposta.

O que se pede aos Senhores Deputados e às Senhoras Deputadas Municipais, é que após abertura eletrónica do procedimento que ocorreu no dia 13 de agosto de 2024, sempre na mesma data foi assegurada a publicitação da lista de concorrentes e que conforme a lista de concorrentes também apresentada para todos os Lotes teve os seguintes concorrentes: Concorrente n.º 1, Amener – Eficiência Energética, S.A.; Concorrente n.º 3, Repsol Lda.; Concorrente n.º 5, a Petrogal, S.A.; Concorrente n.º 6, Mota Engil, S.A.; o Concorrente n.º 7, Ecoinside - Soluções em Ecoeficiência e Sustentabilidade Lda.; e o Concorrente n.º 8, EDP Comercial.

Pretende-se solicitar a aprovação da Assembleia Municipal do Relatório Final, datado de 6 de janeiro de 2025, solicitar a aprovação também desta Assembleia Municipal, da adjudicação do objeto do procedimento já descrito, por Lotes, sendo que para o Lote 1, se pretende a adjudicação ao Concorrente n.º 8, EDP Comercial; para o Lote 2, adjudicar ao Concorrente n.º 6, Mota Engil, S.A.; o Lote n.º 3, adjudicar ao Concorrente n.º 6, também Mota Engil; o Lote n.º 4, adjudicar ao Concorrente EDP Comercial e o Lote n.º 5, à mesma entidade aqui descrita.

Solicitar a aprovação da Assembleia Municipal da Minuta de Contrato, referente aos Lotes 1, 4 e 5, anexa também a proposta a celebrar entre o Município de Almada e a EDP Comercial, e solicitar a aprovação também da Assembleia Municipal, da Minuta de Contrato para os Lotes 2 e 3, anexa também à proposta, a celebrar com a Mota Engil, S.A.

É o que está à vossa apreciação, sendo que quer o Relatório Final, quer a proposta, quer as Minutas de Contrato que constam da proposta para vossa apreciação.”

7.11.2 – Não havendo pedidos de palavra e verificado o quórum passou-se à votação, sendo a proposta aprovada por unanimidade, através da seguinte:

DELIBERAÇÃO

A Assembleia Municipal de Almada, nos termos da alínea p) do n.º 1 do artigo 25.º Anexo I da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro aprova a adjudicação e aprovação das minutas de contrato do Concurso Público n.º CS02891S2023 para a concessão do direito de uso privativo de espaço público, destinado à instalação de 82 postos de carregamento de veículos elétricos (PCVE), em locais públicos de acesso público no Concelho, pelo prazo de 10 anos, nos precisos termos da deliberação camarária de 3 de fevereiro de 2025, que aprovou a proposta n.º 2025-8-DCOMP.

7.12 – Entrou-se no ponto 3.12 da ordem de trabalhos, relativo à apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Início do procedimento por Concurso Público n.º CS00002S2025 para “Concessão de uso privativo do domínio público para instalação, manutenção e exploração publicitária de mobiliário urbano – Por lotes”;

7.12.1 – Para apresentar a proposta usou da palavra a Senhora Vereadora Francisca Baptista Parreira (PS),

7.12.1.1 – A Senhora Vereadora Francisca Baptista Parreira (PS):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

O que se pede a esta Assembleia Municipal, e depois da forma detalhada com o Senhor Vereador José Pedro Ribeiro, se assim entender, falará sobre esta proposta relativamente à aquisição de mobiliário urbano há tanto tempo necessário no nosso Concelho, e que tem a ver também com as condições de mobilidade, de espera e de acolhimento das pessoas, o que se pede à Assembleia Municipal, é a autorização para a abertura do procedimento pré-contratual, a delegação de competências na Câmara Municipal para os atos subsequentes a realizar no âmbito do procedimento e a fixação das respetivas condições gerais, nos termos do programa e caderno de encargos, que está anexo à proposta e que aqui se dá por reproduzido, destinado à celebração de um contrato de concessão de uso privativo do domínio público para instalação, manutenção e exploração publicitária de mobiliário urbano por lotes, com uma contrapartida anual financeira que está também descrita na proposta, 36.371.90€ (trinta e seis mil trezentos e setenta e um euros e noventa cêntimos) para o Lote 1 e para o Lote 2 conforme descrito na proposta.

Aprovar as peças do procedimento deste concurso, designar o Júri do procedimento também, no cumprimento de tudo o que é preceito legal, delegar as competências no Júri do procedimento nos termos do disposto no n.º 2 do artigo 69.º, do Código de Procedimentos Públicos e designar a Diretora de Departamento de Economia e Desenvolvimento Local, a Senhora Dr.ª Ana Rita Ferreira, como gestora do presente contrato.

É o que está à vossa consideração, de forma sumária estando disponível para qualquer questão que queiram considerar.”

7.12.2 – Não havendo pedidos de palavra e verificado o quórum passou-se à votação, sendo a proposta aprovada por unanimidade, através da seguinte:

DELIBERAÇÃO

A Assembleia Municipal de Almada, nos termos da alínea p) do n.º 1 do artigo 25.º Anexo, da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, aprova o início do procedimento por Concurso Público n.º CS00002S2025 para concessão de uso privativo do domínio público para instalação, manutenção e exploração publicitária de mobiliário urbano – Por lotes, nos precisos termos da deliberação camarária de 3 de fevereiro de 2025, que aprovou a proposta n.º 2025-6-DCOMP.

7.13 – Entrou-se no ponto 3.13 da ordem de trabalhos, relativo à apreciação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Declaração de Compromissos Plurianuais – recebimentos e pagamentos em atraso”;

7.13.1 – Para apresentar a proposta usou da palavra a Senhora Presidente da Câmara Municipal;

7.13.1.1 – A Senhora Presidente da Câmara Municipal:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

A proposta é clara, é de acordo com a legislação em vigor em matéria de Assunção de Compromissos e Pagamentos em Atraso, das entidades públicas. O Município deve até 31 de janeiro de cada ano declarar todos os compromissos plurianuais existentes a 31 de dezembro do ano anterior, que se encontram devidamente registados na Base de Dados Central de Encargos Plurianuais. Devem ainda identificar Declaração emitida para o efeito e de forma individual todos os pagamentos e recebimentos em atraso existentes a 31 de dezembro do ano anterior. A isto acresce que estas declarações devem ser enviadas à Assembleia Municipal e à Câmara Municipal. Nesse sentido, é isto que nós estamos a trazer, naturalmente depois de ter passado em reunião de Câmara para apreciação e conhecimento de todas e todos os Senhores Deputados Municipais.”

7.14 – Entrou-se no ponto 3.15 da ordem de trabalhos, relativo à apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Celebração de Contrato Programa entre o Município de Almada e a Wemob, E.M., S.A., para Gestão do Parque de Estacionamento Comandante António Feio”;

7.14.1 – Para apresentar a proposta usou da palavra o Senhor Vereador Filipe Alexandre Pacheco (PS);

7.14.1.1 – O Senhor Vereador Filipe Alexandre Pacheco (PS):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

Aquilo que se pede a esta Assembleia Municipal é que se aprove a proposta de Celebração de Contrato Programa de Gestão deste Parque de Estacionamento por parte da WEMOB.

Estou naturalmente disponível para qualquer questão, o documento foi distribuído.”

7.14.2 – Não havendo pedidos de palavra e verificado o quórum passou-se à votação, sendo a proposta aprovada por unanimidade, através da seguinte:

DELIBERAÇÃO

A Assembleia Municipal de Almada, nos termos da alínea n) do n.º 1 do artigo 25.º Anexo I da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, bem como no n.º 5 do artigo 47.º do Regime Jurídico da Atividade Empresarial Local e das Participações Locais, aprova a proposta de celebração de Contrato Programa entre o Município de Almada e a WeMob, E.M., S.A., para Gestão do Parque de Estacionamento Comandante António Feio, nos precisos termos da deliberação camarária de 20 de janeiro de 2025, que aprovou a proposta n.º 2025-47-AO.

8 – Tendo atingido a hora regimental de termo da reunião, sendo cerca das 01H15, deu-se por concluída a agenda da segunda reunião da Sessão Ordinária de fevereiro da Assembleia Municipal.

9 – A terminar os trabalhos, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal expressou um agradecimento ao Vitória Clube Quintinhas, pelo acolhimento e cedência da sala onde se realizou esta sessão.

10 – Tendo em consideração a informação sobre os membros da Câmara Municipal em funções, foi verificada a presença na Reunião, da Senhora Presidente da Câmara Municipal, da Senhora Vice-Presidente Maria Teodolinda Silveira (PS), dos/as Vereadores/as Senhores/as José Pedro Ribeiro (PS), Filipe Pacheco (PS), Francisca Baptista Parreira (PS), Nuno Matias (PSD), Mara Rita Silva Martins (CDU), Paulo Santos (CDU), Catarina Pé-Curto (CDU) e Jefferson Oliveira (BE).

11 – Foi verificada a presença de cerca de trinta munícipes. A sessão foi transmitida em streaming tendo sido objeto de tradução, em língua gestual portuguesa

12 – Por ser verdade se elaborou a presente Ata que, depois de lida e aprovada vai ser assinada pela Mesa.

O PRESIDENTE _____

O 1.º SECRETÁRIO _____

A 2.ª SECRETÁRIA _____